



DOSSIÊ: HISTÓRIA PÚBLICA NA AMÉRICA LATINA: MEDIAÇÕES DO PASSADO, DEMANDAS SOCIAIS E TEMPO PRESENTE

Entre a revolução, a instabilidade política e a ruptura democrática: um olhar sobre a história do tempo presente boliviana entre 2006 e 2019

Revolution, political instability and democratic rupture: an analysis at the history of the present time in Bolivia between 2006 and 2019

Entre la revolución, la inestabilidad política y la ruptura democrática: una evaluación de la historia del tiempo presente boliviano entre 2006 y 2019

Rafael Pinheiro de

Araujo¹

orcid.org/0000-0001-7551-6448

rafa.ara@gmail.com

Recebido em: 14/07/2020.

Aprovado em: 22/03/2021.

Publicado em: 31/08/2021.

Resumo: Em 10 de novembro de 2019, ocorreu mais um golpe de Estado na Bolívia. Evo Morales renunciou ao seu mandato presidencial após perder a batalha das ruas para as oposições políticas do país. O fatídico desfecho ocorreu após a sugestão de abdicação feita pelo comandante das Forças Armadas, general Williams Kaliman. A instabilidade política após a eleição presidencial em 20 de outubro daquele ano contribuiu decisivamente para esse acontecimento. O tema despertou debates nos meios universitários e diversas análises jornalísticas. Paralelamente, exames sobre o assunto foram feitos por pesquisadores dedicados à história latino-americana. Almejamos contribuir para tais debates neste artigo. Refletiremos sobre a história boliviana entre 2006 e 2019. Avaliaremos os quase 14 anos de gestão de Evo Morales e as motivações para o golpe de Estado que finalizou a revolução democrática e cultural boliviana.

Palavras-chave: Bolívia. Golpe de Estado. OEA.

Abstract: November 10th, 2019, there was another coup d'etat in Bolivia. Evo Morales was forced to step down his presidential term after losing the "battle of the streets" due to to country's political oppositions. The fateful outcome came after the suggestion of abdication made by the commander of the Armed Forces, General Williams Kaliman. Political instability after the presidential election on October 20th decisively contributed to this event. These events promoted several debates trough universities circles and journalistic analyzes. At the same time, examinations on the subject were carried out by researchers dedicated to latin american history. We aim to contribute to debates in this article. Will we reflect on Bolivian history between 2006 and 2019. Will we evaluate Evo Morales' nearly 14 years of office and the motivations for the coup that ended with the Bolivian democratic and cultural revolution.

Keywords: Bolivia. Coup d'etat. OEA.

Resumen: El 10 de noviembre de 2019 hubo más uno golpe de Estado en Bolivia. Evo Morales renunció a su mandato presidencial después de la derrota en la "batalla de las calles" ante los grupos de la oposición del país. El fatídico desenlace se produjo tras la sugerencia de abdicación del comandante de las Fuerzas Armadas, el general Williams Kaliman. La inestabilidad política después de las elecciones presidenciales del 20 de octubre contribuyó de manera decisiva a este evento. El tema desató debates en los medios universitarios y análisis periodísticas. En paralelo, se realizaron exámenes sobre el tema por parte de investigadores dedicados a la historia latinoamericana. Nuestro objetivo es contribuir a tales debates en este artículo. Reflexionaremos sobre la historia boliviana entre 2006 y 2019. Evaluaremos los casi 14 años de mandato de Evo Morales y las motivaciones del golpe que terminó con la revolución democrática y cultural boliviana.

Palabras clave: Bolívia. Golpe de Estado. OEA.



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Considerações iniciais

Outubro vermelho. Essa nos parece a referência mais adequada para aludir a um mês marcado por insurreições populares que se alastraram pelo último trimestre de 2019 em alguns países latino-americanos, como Colômbia, Equador, Haiti e, especialmente, Chile².

O inócuo crescimento econômico dos países da região nos últimos seis anos foi um dos fatores mais decisivos para o desencadeamento das ondas de indignação e rebeldia ocorridas no último trimestre de 2019. Segundo dados da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), a América Latina, entre 2014 e 2019, teve um crescimento econômico em torno de 0,4%³.

A frágil expansão econômica contribuiu para a elevação do desemprego e a precarização do mercado de trabalho, com a informalidade abarcando em torno de 54% (aproximadamente 140 milhões) da População Economicamente Ativa latino-americana em fins de 2019⁴. Além disso, elevaram-se os índices de pobreza regional. Cerca de 191 milhões de pessoas, 30,8% dos latino-americanos, encontravam-se em situação de miséria em 2019, segundo estimativa cepalina. Em 2014, o número girava em torno de 164 milhões de habitantes⁵. Tais elementos podem ser observados na Tabela 1, a seguir:

TABELA 1 – Percentuais de desemprego, pobreza e crescimento do produto interno bruto da América Latina entre 2014 e 2019

Ano	Desemprego	Pobreza	Crescimento do PIB
2014	6,1	27,8	1,2
2015	6,6	29,1	-0,2
2016	7,9	30,0	-1,0
2017	8,1	30,1	1,2
2018	8,1	30,1	1,0
2019	8,0	30,8	0,1

PIB: produto interno bruto.

Fontes: Balance Preliminar de las Economías de América Latina y el Caribe (2019) e Panorama Social de América Latina (2019).

A precarização no mercado de trabalho e a elevação da pobreza contribuíram para o descrédito em relação à democracia e às suas instituições, como foi demonstrado pela Fundação Latinobarômetro em seu último relatório, em 2018, cujos dados expomos na tabela a seguir⁶. No estudo, ela demonstrou que, naquele ano, tivemos a pior avaliação das democracias latino-americanas desde o início da série histórica, em 1995, conforme pode ser visto no quadro.

O sistema político atingiu um crítico nível de confiança, e a instabilidade política é um importante elemento da região nos dias de hoje, tornando o futuro imprevisível. A corrupção do sistema político, a incapacidade de atendimento do horizonte de expectativas dos cidadãos, como emprego e habitação, e a oferta de péssimos serviços públicos nas áreas de saúde, educação, transportes e infraestrutura tornaram-se exponencialmente explosivas em virtude da crise

² Para um aprofundamento da análise sobre as rebeliões latino-americanas no último trimestre de 2019, consultar Wasserman (2020).

³ *Balance Preliminar de las Economías de América Latina y el Caribe (2019)*. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/45000-balance-preliminar-economias-america-latina-caribe-2019>. Acesso em: 10 de março de 2020.

⁴ *Informais vivem drama na América Latina*. O Globo, 2020, p. 11.

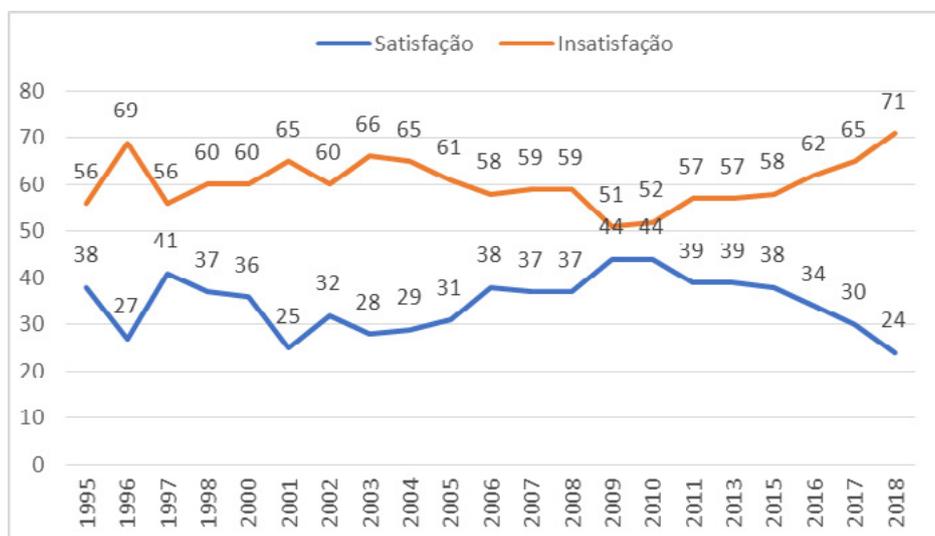
⁵ *Panorama Social de América Latina*, CEPAL, (2019), p. 97.

⁶ *Informe Latinobarómetro*, 2018, p. 35.

socioeconômica transcorrida após 2014, que, infelizmente, deverá aprofundar-se em razão dos efeitos da pandemia de Covid-19, causada

pelo vírus Sars-CoV-2, conforme indicam relatórios preliminares da CEPAL e da Organização Internacional do Trabalho⁷ (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Apoio à democracia na América Latina (1995–2018)



Elaboração do autor.

Fonte: Latinobarômetro, 2018.

Concomitantemente àquelas rebeliões, assistimos, na Argentina, na Bolívia e no Uruguai, às eleições presidenciais. No primeiro caso, a chapa peronista, composta de Alberto Fernández e Cristina Kirchner, saiu vencedora. O ultraliberal Mauricio Macri, cujo mandato presidencial foi marcado por incipiente crescimento econômico, aumento do desemprego, inflação e elevação da pobreza, foi derrotado. No Uruguai, o baixo crescimento econômico, impulsionado a partir de 2015, a insegurança pública e o desgaste político decorrente dos 15 anos de governo da Frente Ampla cooperaram para a derrota eleitoral do seu candidato, Daniel Martínez⁸.

O caso boliviano, por outro lado, possuiu peculiares características que o distinguiu dos demais exemplos. A inadequada condução do processo eleitoral por Evo Morales fortaleceu os grupos de direita e extrema-direita bolivianos, que se uniram sob a chancela da Organização dos Estados Americanos (OEA)⁹ e dos Estados Unidos. Nesse caso, as ruas foram utilizadas como o espaço de agir político, mas em um sentido oposto ao dos países conflagrados pelo Outubro Vermelho. Não foram organizações sociais à esquerda que as ocuparam, mas diversos grupos da direita radical boliviana, conforme discutiremos neste artigo.

⁷ Para um aprofundamento do estudo sobre os efeitos da pandemia da Covid-19 na América Latina, consultar: *El desafío social en tiempos del COVID-19*, CEPAL, 2020 e *Coyuntura Laboral en América Latina y el Caribe - El Trabajo en tiempos de pandemia: desafíos frente a la enfermedad por coronavirus (COVID-19)*. CEPAL/OIT, Maio de 2020. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/45557-coyuntura-laboral-america-latina-caribe-trabajo-tiempos-pandemia-desafios-frente> Acesso em: 20 de maio de 2020.

⁸ Entre 2015 e 2019, a Argentina e o Uruguai tiveram, respectivamente, uma média de crescimento econômico de 0,8% e 1,6%. No caso argentino, uma forte crise socioeconômica atingiu o país naquele período. Em 2019, 35,4% dos seus habitantes estavam inseridos na condição de pobreza e o desemprego englobava em torno de 10,1% dos trabalhadores. Fonte: *Balance Preliminar de las Economías de América Latina y el Caribe (2019)*, Op. Cit.

⁹ A OEA redimensionou o movimento pan-americano surgido na 1ª Conferência Pan-Americana, em 1889. A entidade criou um corpo legal que regularizou o sistema interamericano, determinando o seu modo de funcionamento e os seus órgãos diretivos. Inicialmente, englobou todos os países do hemisfério, com exceção do Canadá, que ficou na posição de observador. Historicamente, a entidade foi criticada por seu alinhamento à política externa norte-americana para a América Latina, sobretudo no período da Guerra Fria (CERVO, 2007, p. 79)

Em razão disso, os 47% de votos do Movimiento al Socialismo (MAS)¹⁰, que expressaram o apoio de aproximadamente 3,3 milhões de eleitores a uma condução antineoliberal da economia boliviana, dissiparam-se pela renúncia forçada e posterior saída de Evo Morales e do vice-presidente Álvaro García Linera do país. Defenderemos ao longo do artigo que houve um golpe de Estado no país andino-amazônico em 10 de novembro de 2019. Não se tratou de contragolpe, revolução ou contrarrevolução, abordagens para aqueles eventos que foram elaboradas pelos distintos espectros políticos após aquele fatídico dia¹¹.

Como refletiremos, as ações golpistas foram conduzidas por grupamentos policiais, Forças Armadas, Comitê Cívico de Santa Cruz de La Sierra e de Potosí, partidos políticos de oposição, frações da sociedade civil, destacadamente, grupos abastados da classe média, e, sobretudo, a OEA, que legitimou as pressões pela destituição de Morales. Em 10 de novembro de 2019, coube às Forças Armadas, lideradas pelo general Williams Kaliman, e ao Legislativo, por meio da segunda vice-presidente do Senado, Jeanine Áñez, empossada posteriormente presidenta da Bolívia, validarem o golpe.

Analisaremos neste artigo os quase 14 anos de governo de Evo Morales e o golpe de Estado. Apresentaremos as possíveis interpretações construídas em torno desse acontecimento e a relevância da OEA em sua condução. Para tal,

dividimos este trabalho em duas partes. Na primeira, discutiremos a autointitulada revolução democrática e cultural, que foi conduzida pelo primeiro presidente indígena da história boliviana. Na segunda parte, avaliaremos as motivações para o golpe, os sujeitos sociais que o conduziram e o papel da entidade interamericana na legitimação daqueles eventos.

A revolução democrática e cultural: aspectos constitutivos e contradições

O ano 2000 iniciou uma fase na história boliviana marcada por levantes populares. O descontentamento com o doutrinário neoliberal¹² e com o sistema político construído na redemocratização de 1982¹³ propiciou continuas insurreições entre abril daquele ano e dezembro de 2005. A revolução democrática e cultural, liderada entre janeiro de 2006 e novembro de 2019 por Evo Morales¹⁴, foi a consequência direta desse ciclo rebelde.

Entre 2000 e 2005, a Bolívia experienciou uma crise revolucionária. Esta derivou da conjugação da crise de representação política – expressa na perda de legitimidade da democracia, das suas instituições e dos tradicionais partidos políticos – com os reflexos da crise socioeconômica avançada ao final da década de 1990. Esta motivou a repulsa de setores expressivos da sociedade civil em relação ao sistema político e às práticas neoliberais. Nesse cenário, Evo Morales e o seu

¹⁰ *Elecciones Generales 2019*. Disponível em: https://www.oep.org.bo/wp-content/uploads/2019/11/Separata_Resultados_Nacionales_EG_2019.pdf. Acesso em: 25 de março de 2019.

¹¹ As distintas narrativas sobre o golpe produzidas imediatamente após a renúncia de Morales podem ser consultadas em Zibechi, 2019; Molina e Stefanoni, 2019; Roitman, 2019.

¹² Não objetivamos neste trabalho analisar a teoria neoliberal. Porém observamos a necessidade de defini-lo brevemente. Essa doutrina política e econômica defende a conquista do bem-estar humano por meio da liberação das atividades empreendedoras individuais em um ambiente institucional marcado pela garantia dos direitos de propriedade privada, do livre mercado e do livre comércio. Ao contrário do imaginado, a ação estatal tem, aqui, um papel importante. Suas instituições devem garantir tais práticas mediante o pleno exercício das suas funções militares, policiais e legais, assegurando a inviolabilidade da propriedade privada. Ao mesmo tempo, o funcionamento do mercado e a integridade do capital também devem ser preservadas pelo Estado, embora isso não signifique a apologia do intervencionismo estatal na economia, que é refutado pelos apoiadores dessa doutrina. O poder público deve, apenas, regular e garantir o pleno funcionamento das atividades econômicas, segundo os apologistas do liberalismo (HARVEY, 2011, p. 11-12).

¹³ A estabilidade política boliviana decorreu da articulação da democracia por consenso. Ela foi estabelecida pelas principais agremiações e previa articulações políticas com o objetivo de formação de maioria parlamentar no Congresso. Em nome da governabilidade, as diferenças programáticas entre as agremiações foram amainadas. O acordo previu a divisão de cargos na burocracia estatal para a constituição da unidade entre os distintos grupos, e a corrupção tornou-se uma prática regular (PITTARI, 1996).

¹⁴ Ao finalizarmos este artigo, a chapa do MAS, composta dos ex-ministros Luis Arce (Economia) e David Choquehuanca (Relações Exteriores), venceu a eleição presidencial, em outubro de 2020, com 55,11% dos votos. O êxito dos candidatos e a forte mobilização social ocorrida nos meses anteriores ao escrutínio provavelmente possibilitarão a continuidade da revolução por meio dessas lideranças, algo que fortalece nossa avaliação acerca do equívoco de Morales em buscar um quarto mandato presidencial (o terceiro pela Constituição aprovada em 2009). Ver: *Publicación de resultados - Elecciones Generales 2020*. Disponível em: https://www.oep.org.bo/wp-content/uploads/2020/10/Separata_Resultados_EG_2020.pdf. Acesso em: 10 de novembro de 2020.

partido, o MAS¹⁵, compuseram uma heterogênea frente política que foi composta de diversas entidades sociais (indígenas, camponesas e operárias, por exemplo), grupos da classe média e intelectuais, como o vice-presidente Álvaro García Linera. Ela se aproveitou da crise revolucionária iniciada em abril de 2000 para chegar à presidência boliviana. Por isso, presumimos que a vitória eleitoral de Evo Morales proveio da crise de hegemonia dos grupos dominantes que identificamos naquele período¹⁶.

Durante aquela fase, dois eventos destacaram-se: a Guerra da Água (2000) e a Guerra do Gás (2003)¹⁷. Esta marcou o auge da fase insurrecional e expressou a finalização de um ciclo de duas décadas de derrotas populares. A partir de então, os sujeitos sociais organizados em torno de Evo Morales e do MAS assumiram o protagonismo político em nosso vizinho.

Nesse sentido, se a crise estatal é composta de quatro fases (manifestação da crise, transição ou caos sistêmico, surgimento conflituoso de um novo princípio de ordem estatal e consolidação do Estado), como afirmou Linera (2010, p. 290), outubro de 2003 exteriorizou o início da transição. Esta articulou um radical agir político por parte das forças sociais ascendentes, coordenadas pelos diversos movimentos sociais que orbitavam em torno de Morales e do MAS. Compôs-se, assim, uma frente política nacional-popular que

encadeou a pressão direta das ruas às ações institucionais. Essa composição perdeu até a sua vitória eleitoral, em dezembro de 2005.

A heterogeneidade da frente popular que levou Morales ao mais alto cargo do executivo expressou-se em seu primeiro gabinete ministerial. O caráter antineoliberal e anti-imperialista do projeto masista possibilitou a aglutinação de distintas tradições políticas no novo governo, exemplificada na formação do seu primeiro ministério, que reuniu representantes dos movimentos sociais, intelectuais e empresários nacionalistas (CUBA ROJAS, 2006).

O ano de 2006 foi o primeiro da batizada revolução democrática e indígena. A nacionalização da exploração dos hidrocarbonetos, em 1º de maio, e a convocação da Assembleia Constituinte, iniciada em agosto, consistiram nos dois principais acontecimentos daquele ano.

No dia do trabalhador, a maior reivindicação dos bolivianos no ciclo de revoltas a partir de 2000 foi atendida. O decreto Héroes del Chaco nacionalizou a exploração dos hidrocarbonetos. A retomada do controle estatal da produção de gás e petróleo fez com que o Estado centralizasse e estruturasse a sua exploração. Embora a possibilidade de participação do setor privado se mantivesse, a regulação estatal ampliou-se e a divisão dos lucros alterou-se. A partir do decreto, criou-se a possibilidade de o Estado arrecadar até 82% dos rendimentos da indústria dos hidrocarbonetos.

¹⁵ A proposta de criação de um partido político que reunisse as entidades camponesas e indígenas, além de setores sociais que mantinham relações políticas com essas organizações, surgiu em 1995, durante o congresso da Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia (CSUTCB) denominado *Tierra, Territorio e Instrumento Político*. No encontro, os delegados decidiram pela criação da Asamblea por la Soberanía de los Pueblos (ASP), posteriormente convertida em Instrumento Político por la Soberanía de los Pueblos (IPSP). A ASP elegeram quatro deputados federais em 1997, entre eles Evo Morales. Em 1998, foi criado o IPSP, que, posteriormente, agregou o MAS ao seu nome. Assim, para fins deste artigo, optamos por utilizar essa sigla (PINTO & NAVIA, 2007).

¹⁶ A hegemonia de um grupo social vincula-se a sua capacidade de construção da direção política, ideológica e moral de uma sociedade e, também, do seu controle militar sobre ela. A crise de hegemonia deriva da perda da autoridade moral e ideológica das classes dominantes que, ao serem repudiadas a sua concepção de mundo, mantêm a prevalência na sociedade por meio da coerção militar. Nesse contexto, observamos uma crise revolucionária, que decorre da ruptura entre representantes e representados, e a construção de uma nova hegemonia pelos grupos subalternos (GRUPPI, 1978, p. 78-80). Como analisaremos posteriormente, o bloco liderado pelos indígenas e camponeses apresentou a solução para os problemas socioeconômicos e políticos bolivianos após o ano 2000, por isso se tornou politicamente hegemônico.

¹⁷ Esse evento ocorreu entre 20 de setembro e 17 de outubro de 2003. Decorreu da tentativa do governo Gonzalo Sánchez de privatizar o gás natural e exportá-lo para os Estados Unidos e o México por meio do porto chileno de Arica, que foi perdido pelos bolivianos na controversa Guerra do Pacífico (1879–1883). Uma ampla mobilização popular ocorreu naqueles dias em El Alto e La Paz, e diversas entidades sociais uniram-se ao MAS com o intuito de impedir essa proposta e reivindicar a nacionalização de todas as fontes de hidrocarbonetos. Os confrontos entre os manifestantes e as forças policiais ocasionaram cerca de 60 mortos, e a força da rebelião isolou Lozada, que foi obrigado a renunciar ao mandato presidencial. O vice-presidente Carlos Mesa assumiu o mandato e o MAS consolidou-se enquanto principal força política opositora ao neoliberalismo e ao tradicional sistema político. Na ocasião, o MAS e as organizações criaram a Agenda de Outubro, que apresentou as seguintes diretrizes: I - convocação de uma assembleia constituinte; II - nacionalização dos hidrocarbonetos; III - realização de um referendo para que a população decidisse pela venda ou não de gás natural para os Estados Unidos e o México; IV - reforma agrária. Essas demandas compuseram o eixo programático de Morales na eleição presidencial de dezembro de 2005 (ANDRADE, 2007; SUAREZ, 2010).

Antes, o percentual era de 18% em virtude da lei de privatizações do setor aprovada em 1995¹⁸.

A instauração da Assembleia Constituinte foi mais uma ação emblemática. Ela dividiu a Bolívia, pois, ao contrário das previsões otimistas, que imaginavam uma rápida elaboração da Carta Magna, o órgão colegiado somente foi dissolvido em janeiro de 2009. As lideranças políticas e empresariais vinculadas à região da Media Luna¹⁹ dificultaram a sua realização. Esses setores utilizaram-se de ameaças à integridade física do território boliviano, ao mesmo tempo que desprenderam uma narrativa impregnada de preconceitos contra deputados do MAS e grupos subalternos que orbitavam em torno desse partido²⁰.

As asserções debatidas na Constituinte, como autonomia departamental ou indígena, tipo de modelo econômico, caráter da democracia, controle e distribuição de recursos financeiros estatais, capital em Sucre ou La Paz, entre outros, foram aproveitadas pelos opositores com o intuito de legitimar as reações ao processo de elaboração da nova Carta Magna e para impulsionar fortes mobilizações de rua contrárias à gestão de Morales. A Assembleia funcionou enquanto um espaço de corporificação das irreconciliáveis desavenças entre governo e oposição.

A oligarquia boliviana articulou a contraofensiva social e política por meio da utilização do desejo de autonomia de amplos setores da sociedade civil dos departamentos do oriente boliviano. A popularidade do tema fez com que representantes de tradicionais partidos políticos e empresários da Media Luna, sob a liderança do Comitê Cívico Pró Santa Cruz (CCPSC), manipulassem as questões autonômicas para dificultar a gestão do MAS.

Na etapa política desencadeada com a Guerra do Gás, o CCPSC ingressou no complexo tabuleiro político boliviano insuflando as reivindicações autonomistas, ao mesmo tempo que passaram a atacar o MAS e a sua frente político-social. Dois instrumen-

tos foram utilizados: o lançamento da "agenda de janeiro", centrada nas autonomias departamentais e criada para rivalizar com a Agenda de Outubro, e a realização de multitudinárias manifestações autonomistas, conhecidas como os Cabildos do século XXI (CHAVES E BORBA, 2009, p. 114-115).

Os temas do federalismo e de maior autonomia aos departamentos e municípios foram manipulados pelas agremiações opositoras e pelas corporações empresariais regionais para se contraporem às propostas de transformação econômica e política defendidas pelo novo bloco de poder. Aquelas questões materializaram mais do que reivindicações de soberania local. O discurso autonomista encobriu o desejo de preservação da ordem econômica e a instituição de um anteparo político aos interesses regionais, que foram enfraquecidos pela perda da ascendência aos recursos públicos após a vitória do MAS. A manutenção da capitalização econômica empresarial, que transcorreu de maneira intensa na fase de governos neoliberais do pós-1985, foi a principal motivação (LINERA, 2010, p. 310-311).

Ademais, acreditamos que o racismo estrutural e o ódio de classes inflamaram os dirigentes do CCPSC, que lideraram o pleito de descentralização. Para esses membros da oligarquia boliviana, que se beneficiaram das prebendas estatais, da indústria dos hidrocarbonetos e da agropecuária após a década de 1960, era inadmissível conviver com a ascensão de indígenas e camponeses ao governo.

O autonomismo externou a luta de classes no país andino-amazônico. As heranças culturais do colonialismo tornaram insustentáveis a aceitação do protagonismo político alcançado pelos grupos sociais que compunham o bloco de poder liderado por Morales. Por isso, o percurso da Constituinte teve violentos episódios, como o ocorrido no departamento de Pando, em setembro de 2008. No distrito de El Porvenir, 18 camponeses que se manifestavam em apoio

¹⁸ *Decreto Supremo 28.071 "Héroes del Chaco"*. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/osal/osal19/13D28071.pdf>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2020.

¹⁹ A Media Luna localiza-se no oriente boliviano e é composta dos departamentos de Beni, Pando, Tarija e Santa Cruz de la Sierra. É uma região de maioria branca, rica em hidrocarbonetos e vinculada ao agronegócio. Entre 2006 e 2008, lideranças dessa região comandaram a oposição ao governo de Morales e impulsionaram um processo de balcanização da Bolívia. Para um aprofundamento desse debate, ver: Araujo, Borba e Chaves (2009).

²⁰ Para uma análise da Assembleia Constituinte boliviana e dos projetos autonomistas debatidos na ocasião, ver Chaves (2010, 2015), Schavelzon (2012) e Fuser (2016).

ao MAS foram mortos e em torno de 70 ficaram feridos. Esse acontecimento, conhecido como o Massacre de Porvenir, quase pôs a Bolívia em uma guerra civil e desencadeou amplo apoio a Morales (ARAUJO, 2009, p. 156).

Havia dois projetos de autonomia local disputados na Constituinte: um foi defendido pelo MAS, que propunha a sua concessão aos municípios e às comunidades indígenas; o outro foi reivindicado pelas elites dirigentes da Media Luna, que aspiravam a autonomia departamental e a legitimavam por meio da construção de uma alteridade regionalista que articulou aspectos culturais, geográficos e identitários (CHAVES & BORBA, 2009, p. 115-116)²¹.

Esses divergentes modelos podem ser resumidos da seguinte forma (ARAUJO, 2009, p. 143):

(i) Indígenas: exigiam o direito ao autogoverno, como a expressão da autodeterminação das nações nativas, e demandavam que a autonomia fosse construída em territórios habitados por coletividades descendentes dos povos autóctones, para que, assim, eles vivessem de acordo com suas tradições culturais.

(ii) Departamentais: intencionavam mais autonomia administrativa, pleiteavam um controle maior da arrecadação oriunda dos recursos naturais, o manejo independentemente das instituições locais e a eleição livre de governadores. O repúdio à proposta autonômica dos descendentes dos autóctones derivava do receio de instalação de um autogoverno que prejudicasse a integridade administrativa das províncias.

Os temas da reforma agrária e da plurinacionalidade também contribuíram para as divergências

entre os constituintes. A primeira matéria tocava na sensível questão fundiária, visto que a concentração de terras é uma marca indelével da América Latina desde o período colonial e consiste em um dos aspectos garantidores do poder econômico e do prestígio social das nossas elites. O segundo tema almejava a criação de salvaguardas constitucionais aos indígenas e a incorporação das suas tradições e dos seus costumes à nova Carta Magna. Obviamente, os dois conteúdos foram repulsados pela elite boliviana e contribuíram para a radicalização das ações do bloco empresarial-partidário organizado pelo CCPSC.

O contexto político entre a instalação da Constituinte, em agosto de 2007, e o referendo que aprovou a nova Carta Magna, em janeiro de 2009, expressou a segmentação entre classes sociais e distintos grupos étnicos. A polarização regional materializou essa divisão, e os bolivianos experienciaram um radical conflito pela redistribuição do poder estatal. Na contenda, havia dois blocos que não negociavam e não conseguiam impor-se sobre o outro. Irreconciliáveis diferenças afastavam o agrupamento constituído pela frente política organizada pelo MAS e pelo grupo liderado pelo CCPSC, que representava a oligarquia rural e frações da burguesia boliviana.

A vitória de Morales no referendo revogatório de mandato, em agosto de 2008, com 67% dos votos (OEP, 2008)²², e a impossibilidade de triunfo de um dos blocos antagônicos contribuíram para a articulação de um acordo entre o governo e a oposição oligárquica-empresarial. A solução pactuada pode ser identificada nas limitações constitucionais sobre o tema da reforma agrária²³ e no reconhecimento pelos líderes da Media Luna

²¹ Chaves e Borba (2009, p. 115 e 121) ressaltaram, ainda, que o discurso autonomista realizado pelos dirigentes políticos da Media Luna se apoiou em paradigmas históricos que confrontavam duas identidades antagônicas: a *camba* e a *colla*. Na visão dos grupos mais radicais, a primeira representava o oriente do país (moderno, democrático e participativo) e a segunda, o altiplano (atrasado, autoritário, conflituoso e unitarista). A polarização política ao longo da Constituinte aguçou as manifestações racistas do bloco oligárquico-empresarial, que utilizou tais imagens para defender a secessão da Media Luna.

²² *Referendum Revocatorio De Mandato Popular - Presidente 2008*. Disponível em: https://atlas electoral.oep.org.bo/#/sub_proceso/2/1/1/datos-abiertos. Acesso em: 15 de março de 2020.

²³ A negociação dos temas da reforma agrária e da propriedade rural consistiu em um dos expoentes da conciliação entre o MAS e a oposição. A Constituição reconheceu a propriedade individual e comunitária ou coletiva da terra, desde que tivessem funções econômicas ou sociais. Os latifúndios não foram refutados, apesar da retórica masista contra a sua existência. Foi permitida a expropriação das terras improdutivas, destinadas à especulação fundiária, ou daquelas posses nas quais existissem formas de trabalho análogas à escravidão ou à servidão. Apesar de limitar o tamanho da herdade a 5 mil hectares, duas brechas legais viabilizaram o seu acúmulo: a não proibição de consórcios societários agropecuários composto de indivíduos que possuíssem terras até o seu limite legal e a aplicação das limitações legais sobre o tamanho da propriedade agrária para terras adquiridas após a promulgação da Constituição. Ver: artigos 315 e 393 a 404 da Constituição. Fonte: *Constitución Política del Estado Febrero de 2009*. Disponível em: <https://sea.gob.bo/digesto/CompendioNormativo/01.pdf>. Acesso em: Dezembro de 2011.

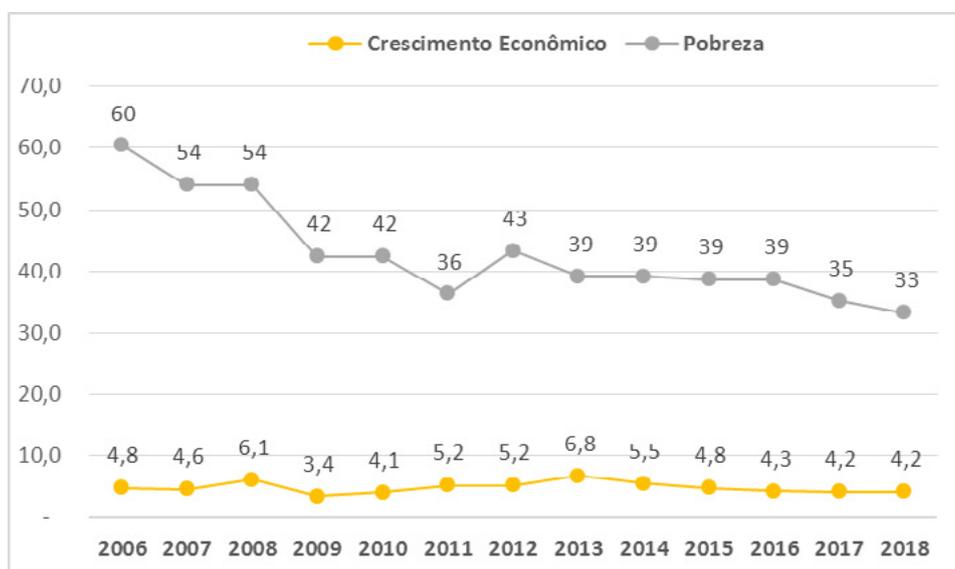
de que o projeto de transformação do MAS ocorreria sem alterações significativas nas estruturas econômicas e de classes.

O assentimento dos limites programáticos do MAS pelo bloco oligárquico-empresarial propiciou a superação dos embates. Conformou-se uma nova ordem estatal que foi conduzida por Morales e pelo MAS. As vitórias eleitorais do bloco indígena-camponês, em 2009, possibilitaram isso. Em janeiro, a nova Carta Magna foi aprovada com 61% dos votos. Em dezembro, Evo foi elei-

to com 64% dos votos para o primeiro período de exercício presidencial na nova Constituição. Confirmava-se, assim, o apoio à revolução democrática e cultural (OEP, 2009)²⁴.

Embora pugnas políticas ocorressem, a partir desse momento a Bolívia conheceu um período de estabilidade institucional que permitiu uma fase de crescimento econômico e forte distribuição de renda. Em razão disso, a pobreza diminuiu praticamente pela metade²⁵, como demonstram os dados do Gráfico 2, a seguir:

Gráfico 2 – Variações do produto interno bruto e da pobreza entre 2006 e 2018 em porcentagem²⁶



Fontes: CEPAL, 2008, 2012, 2014, 2017, 2019, 2020.

As transformações políticas e culturais perfizeram o caráter revolucionário da gestão de Evo Morales. Três elementos foram fundamentais, a saber:

I. a ocorrência da Assembleia Constituinte, que teve um forte sentido de refundação nacional e contou com o protagonismo dos grupos historicamente subalternos;

II. o incentivo à organização da sociedade civil em movimentos sociais;

III. o estímulo ao agir político participativo.

Estes se exprimiram na realização de referendos, como os revogatórios de mandatos e autonômicos, e na livre eleição de autoridades do Órgão Judiciário e do Tribunal Constitucional Plurinacional²⁷. Tais dispositivos valorizaram e ressignificaram o instrumento democrático do voto, possuindo uma transformadora conotação simbólica²⁷.

Em um país historicamente marcado pelo domínio oligárquico, golpes de Estado e ditaduras

²⁴ Elecciones Generales 2009. Disponível em: <https://atlas electoral oep.org.bo/#/subproceso/82/1/1/graficos>. Acesso em: 15 de março de 2020.

²⁵ A distribuição de renda para as parcelas mais pobres da população foi impulsionada por diversos programas sociais, tais como: Renta Dignidad, Renta Solidaria, Bono Juana Azurduy, Bono Juancito Pinto, Complemento Nutricional "Carmelo" y Subsidio Universal Prenatal "Por la Vida". Somados, eles atenderam em torno de 4,8 milhões de indivíduos (de um total de 11,3 milhões) em 2018. Destacamos dois desses programas: o Bono Juancito Pinto, que beneficiou em torno de 2,2 milhões de crianças, e a Renta Dignidad, que contemplou aproximadamente 1,1 milhão de idosos. Ver: *Informe Nacional Bolivia - Vigésimo quinto aniversario de la Cuarta Conferencia Mundial sobre la Mujer y la aprobación de la Declaración y Plataforma de Acción de Beijing (1995)*. Disponível em: https://www.cepal.org/sites/default/files/informe_beijing25_bolivia_final.pdf. Acesso em: 03 de março de 2019, p. 19.

²⁶ Os relatórios da CEPAL que foram consultados não divulgaram informações sobre os índices de pobreza nos anos de 2008, 2010 e 2016. Para fins de arte gráfica, evitando distorções por inexistência de números, optamos por repetir os números dos anos de 2007, 2009 e 2015.

²⁷ Para um aprofundamento deste debate, consultar Bruce (2020).

(POZO, 2009) e restrições severas ao pleno exercício da cidadania por parte dos indígenas, não há como desconsiderarmos quão revolucionários foram os contínuos incentivos aos escrutínios. Estes possibilitaram o empoderamento político dos historicamente despossuídos do direito de exercício da cidadania. A ocupação dos espaços públicos e das instituições estatais pelos descendentes dos *pueblos originarios* também teve um emblemático sentido transformador.

Defendemos, assim, a ocorrência de uma revolução política e cultural ao longo da gestão de Evo Morales. Existiram modificações substantivas nas instituições democráticas e substituição da elite dirigente estatal. Além disso, o reconhecimento da plurinacionalidade do país pela Carta Magna de 2009 foi outro acontecimento emblemático, pois incorporaram-se históricas reivindicações identitárias e culturais das entidades indígenas. Embora o extrativismo das matérias-primas tenha se mantido e a estrutura de classes não tenha se alterado, todavia houvesse uma efetiva distribuição de renda decorrente das políticas sociais, coadunamos com a autodefinição realizada pelo governo e pelas organizações sociopolíticas que apoiaram o MAS acerca do caráter da revolução.

Um dos aspectos transformadores da plurinacional Constituição de 2009 reside no reconhecimento do bem viver, emblema central da cosmovisão autóctone que foi utilizado para nortear mudanças culturais apregoadas pelo governo. Essa insígnia defende, por exemplo, o acesso a bens materiais a partir de uma harmônica relação entre os homens e da não espoliação da natureza. Outro elemento que compõe esse imaginário é o reconhecimento da importância da *Pachamama* (Mãe Terra), que, na cultura indígena, expressa a busca do bem-estar social e material a partir de relações harmônicas com a natureza (ALBO, 2011, p. 135-141)²⁸.

O conceito de bem viver possibilitou, ainda, o questionamento dos pressupostos civilizatórios sustentados em noções como desenvolvimento, crescimento econômico, progresso e modernidade. Essa concepção apresentou uma visão de mundo

anticapitalista, antissistêmica e de estruturação de outro tipo de civilização. Em razão disso, chocou-se com os princípios neoliberais, pois amparou-se nos cânones da solidariedade entre os homens, da ética andina, dos direitos humanos e do respeito ao meio ambiente (BRUCE, 2019, p. 218-228).

Os aspectos transformadores do bem viver e da própria plurinacionalidade propiciariam as condições para o estabelecimento do projeto de capitalismo andino-amazônico defendido por García Linera, ideólogo principal do bloco de poder indígena-camponês. O comunitarismo e as consígnias autóctones foram reivindicados por instrumentalizarem uma perspectiva socialista que, como observamos, foi um distante horizonte do governo Morales.

Não obstante argumentemos que os prismas culturais compusessem uma das essências revolucionárias da gestão do MAS, não desconsideramos que esses aspectos agiram muito mais nos planos simbólico e das mentalidades coletivas do que na realidade concreta. O bem viver não impediu que as metas desenvolvimentistas do capitalismo andino-amazônico ocasionassem uma relação perdulária com o meio ambiente e em choques com entidades sociais que se postularam defensoras da *Pachamama*.

Como exemplo dessa contradição, sublinhamos a já citada preservação da estrutura fundiária, que possibilitou choques entre o MAS e as entidades camponesas e autóctones. Igualmente, sucederam-se tensões com os indígenas por conta do impulso governamental a empreendimentos mineradores e de exploração do gás natural em suas comunidades.

Uma demonstração disso foi o projeto de construção de uma rodovia na reserva natural do Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécure. O governo defendeu a sua construção argumentando a necessidade de integração dessa inóspita região ao território nacional. Por outro lado, os indígenas demandavam a preservação da reserva e a autorização para expansão do cultivo da folha de coca pelas comunidades do oriente.

²⁸ Acerca das discussões teóricas sobre o bem viver, consultar: SILVA, Fabrício Pereira da. Comunalismo nas refundações andinas do século XXI: o *sumak kawsay/suma qamaña*. *Revista brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 34, n. 101.

As tensões daí intercorrentes foram veementes e fizeram com que organizações indígenas do oriente, como a Confederación de Pueblos Indígenas del Oriente Boliviano e o Consejo Nacional de Ayllus y Markas del Qullasuyu se afastassem do governo (CUNHA FILHO, 2014, p. 8).

Dessa forma, uma reflexão necessária ao avaliarmos a gestão do MAS reside na complexificação do seu modelo econômico e na reflexão do quanto a perspectiva do bem viver esteve distante da concretude. O resgate da cultura política nacional-estatista fez do Estado o agente indutor do crescimento econômico, como verificado após a Revolução de 1952. Porém a industrialização não foi o seu objetivo central. Como em outras experiências de esquerda da América Latina das últimas duas décadas, priorizou-se um modelo extrativista que se aproveitou da valorização das *commodities* no mercado internacional entre 2003 e 2014, ocasionada, principalmente, pela alta demanda chinesa por matérias-primas (WEBBER, 2019, p. 108-113).

O modelo desenvolvimentista praticado pelo MAS provocou choques entre atores sociais e políticos que se reposicionaram em razão da intrincada querela econômica. Os pontos de vista do governo e dos empresários nacionais e internacionais se contrastaram com as visões de mundo dos indígenas e camponeses. A preservação do meio ambiente e a harmônica relação com a natureza propiciaram conflitos. Foram perspectivas incongruentes. De um lado, o extrativismo. Do outro, o bem viver.

Apesar disso, como destacou Bruce (2019, p. 240), a perseguição do bem viver ocorreu por meio da transferência de renda e dos programas sociais, que focalizaram os pobres e indigentes. Por mais contraditório que fosse, a exportação de matérias-primas possibilitou tais políticas, ao mesmo tempo que reafirmou a dependência do modelo econômico primário-exportador.

A perpetuação da primarização econômica, que historicamente beneficiou os grupos oligárquicos controladores do extrativismo e da agropecuária, foi uma marca dos quase 14 anos de gestão do primeiro presidente indígena da Bolívia. A irrefutável herança colonial reproduziu-se, embora a

exploração dos hidrocarbonetos e minérios tivesse o controle estatal, como outrora evidenciamos.

A esses paradoxos da revolução democrática e cultural agregamos outros pertinentes elementos. Como observamos anteriormente, a ascensão do bloco de poder liderado por Morales deveu-se ao esgotamento do sistema político estabelecido na redemocratização da década de 1980. Contudo, uma vez no governo, o MAS reproduziu negativas características do sistema político que foram combatidas pelo partido entre 1998 e 2005. Burocratização, clientelismo, corrupção, demagogia, cooptação dos movimentos sociais, práticas autoritárias com opositores políticos e distanciamento das bases sociais foram alguns traços das administrações de Evo que, inegavelmente, reeditaram práticas ocorridas na época da democracia pactuada (MOLINA, 2013, p. 2. 6-7; MOLINA & STEFANONI, p. 1-3).

A despeito de reconhecermos os logros sociais e econômicos da sua gestão e reivindicarmos a ocorrência de uma revolução sustentada em tenazes mudanças políticas e culturais, acreditamos que as contradições acima apontadas contribuíram para a perda de base social do MAS e levaram ao golpe de Estado orquestrado a partir da deslegitimação da eleição pela oposição e pela OEA.

Da mesma forma que o protagonismo nas ruas, a partir da Guerra da Água, assentiu a revolução democrática e cultural, a perda de domínio naqueles espaços, entre 20 de outubro e 10 de novembro de 2019, cooperou para a derrocada de Evo Morales. Como demonstram as recentes experiências de governos de esquerda na América Latina, conciliar e estabelecer pactos políticos com as elites latino-americanas não é prudente.

O exemplo boliviano demonstrou que elas não perdem a oportunidade de desferir golpes de Estado e utilizar-se de práticas autoritárias e antidemocráticas contra setores das múltiplas esquerdas que permearam a cena da política latino-americana nas duas primeiras décadas do século XXI, como debateremos posteriormente. Assim, a partir dessa perspectiva, analisaremos o golpe de Estado na Bolívia na próxima parte deste trabalho.

A ruptura institucional na Bolívia: narrativas, atores políticos e o papel da Organização dos Estados Americanos

O primeiro turno da eleição presidencial boliviana ocorreu em 20 de outubro de 2019. A chapa Evo Morales-Álvaro García Linera enfrentou outras oito candidaturas no pleito. De acordo com os resultados divulgados pelo Tribunal Eleitoral, o MAS obteve 47,08% dos votos. O ex-presidente Carlos Mesa, candidato pelo Comunidade Ciudadã (CC), ficou em segundo lugar, angariando apoio de 36,51% dos eleitores. Em terceiro ficou o polêmico sul-coreano Chi Hyun Chung, conhecido como Dr. Chi²⁹, membro do Partido Democrata Cristão, com 8,78% (OEP, 2019).

A deslegitimação dessa eleição e o golpe de Estado de 10 de novembro de 2019, a serem debatidos nesta parte do artigo, ilustraram mais um fatídico episódio da história boliviana. Defendemos, embora reconheçamos a polêmica dessa abordagem, que a renúncia forçada de Evo Morales foi o desfecho de uma trama carente de inocentes.

As vítimas foram a democracia e os cerca de 36 mortos e 800 feridos decorrentes dos confrontos entre as forças militares e as organizações sociais favoráveis ao renunciante presidente, que se mobilizaram nos vilarejos de Senkata e de Sacaba. Esses números foram divulgados em relatório de dezembro de 2019 elaborado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH).

O relatório da CIDH diagnosticou a violência dos acontecimentos após o 20 de outubro e apontou uma série de recomendações para o reestabelecimento do estado de direito no país. Essas constatações podem ser visualizadas no fragmento a seguir:

Debemos respetar y garantizar el goce pleno de los derechos a la protesta, a la libertad de expresión, a la reunión pacífica y a la participación política de la población (...) Tomar medidas

dirigidas al cese de la violencia y de la represión armada de las protestas sociales. Como medio idóneo para ello, suspender el despliegue masivo de miembros de las Fuerzas Armadas y de la Policía por las calles de las ciudades y poblaciones de Bolivia, y restablecerlos a sus posiciones normales en tiempos de paz, conforme a sus criterios usuales de mando y disposición (...). Desmantelar los grupos armados particulares que han ejercido la violencia contra la población civil en todo el país, del bando que sean (...) entregar los salvoconductos a las personas que se encuentran asiladas en las embajadas de México y Argentina, o en otras sedes diplomáticas, para que así puedan ejercer su derecho humano a obtener asilo y refugio, en forma tal que no se fragmenten sus respectivos núcleos familiares (...) Realizar una revisión legal independiente e individualizada de todas las imputaciones hechas a las personas arrestadas y detenidas durante las protestas, y liberar en forma inmediata a quienes estén detenidos en forma arbitraria o injustificada a la fecha de hoy, en centros de detención de cualquier tipo (...) garantizar el ejercicio del derecho a la libertad de expresión de conformidad con los estándares interamericanos, en particular mediante la protección de los periodistas, comunicadores y trabajadores de los medios frente a persecuciones, intimidaciones, hostigamientos, agresiones de cualquier tipo (...) Conducir desde el más alto nivel del Estado un proceso nacional de diálogo y reconciliación que permita desactivar las tensiones y hostilidades latentes en la sociedad boliviana (...)³⁰

A ruptura institucional fez com que as reflexões do sociólogo René Zavaleta se atualizassem. Segundo ele, as mudanças políticas e as sucessões de poder na Bolívia geralmente transcorreram com o emprego de golpes de Estado. Esse artifício consolidou-se enquanto um costume coletivo empregado em contextos de crises políticas que culminaram em alterações institucionais. Em razão disso, não consiste em uma anomalia ou exceção à normalidade, pois denota a impossibilidade de acordos entre os detentores do poder e aqueles que a ele deveriam se submeter (ZAVALETA, 2015, p. 210-211).

Outro conceito importante de Zavaleta do qual nos apropriamos em nossas reflexões é o

²⁹ A constituição boliviana permite a candidatura de estrangeiros. O Dr. Chi migrou para a Bolívia com 12 anos, pois seus pais foram trabalhar em uma missão religiosa da Igreja Presbiteriana da Coreia. A empreitada religiosa foi exitosa, pois a sua família fundou 70 igrejas pelo país. Sua campanha foi realizada sobretudo pela internet e apostou em uma agenda ultraconservadora e cristã, sustentada em bandeiras machistas, homofóbicas e racistas. Sua tática de campanha foi muito semelhante à de Jair Bolsonaro, em 2018, no Brasil. Em razão disso, ele foi apelidado de Bolsonaro boliviano pelos seus críticos. Ver: MOLINA, Fernando. *O discurso dos pequenos 'Bolsonaros bolivianos'*. Disponível em: https://brasilelpais.com/brasil/2019/10/19/internacional/1571518966_843982.html. Acesso em: 20 de outubro de 2019.

³⁰ *Bolívia: la CIDH constata discriminación, intolerancia, racismo y "graves violaciones de DDHH"*. Disponível em: <https://www.nodal.am/2019/12/golpe-de-estado-en-bolivia-la-cidh-constata-discriminacion-intolerancia-racismo-y-graves-violaciones-de-ddhh/>. Acesso em: 20 de dezembro de 2019.

da formação social *abigarrada*. Segundo ele, a "diversidade de sociedades" e de grupos étnicos possibilitou uma desajustada convergência de modos de produção, de heterogêneas relações sociais e de distintos elementos culturais e ideológicos que se elencaram de uma maneira instável na sociedade boliviana. Em razão disso, as estruturas sociopolíticas e a construção do Estado-nação desenvolveram-se desarmoniosamente, contribuindo para sucessivas crises políticas (ZAVALETA, 2015, p. 214 e 333).

Acreditamos que, nos eventos do último trimestre de 2019, o *abigarramiento* e a ação golpista para a solução de controvérsias se expressaram. Tradicionais partidos políticos, empresários e setores da sociedade civil, sobretudo as frações mais abastadas da classe média, que historicamente se opuseram à plurinacionalidade e ao governo, aproveitaram-se da controversa disputa eleitoral para desfechar a violação democrática.

Além da controversa eleição presidencial e da perda de base social pelo MAS, que serão abordadas posteriormente, confluíram para a queda de Morales o racismo e a intolerância social. A oligarquia boliviana externou em diversos momentos o seu repúdio em relação à presença do bloco indígena-camponês nas estruturas estatais. Isso colaborou para a impossibilidade de um acordo político entre os polos antagonizados nos tenos dias subseqüentes ao primeiro turno da eleição presidencial. Em nosso olhar, a heterogeneidade e a diversidade societária, como definida por Zavaleta, cooperaram largamente com os desfechos antidemocráticos de 2019.

Antes de aprofundarmos nossas análises, consideramos a pertinência de conceituarmos golpe de Estado. A definição do tema pressupõe a identificação dos sujeitos sociais e dos objetivos almejados com a alteração da distribuição institucional de poder. Tais elementos permitem diferenciá-lo, por exemplo, de um ato revolucionário.

Segundo Barbé (1998, p.545-546), golpe de Estado consiste em uma ação impulsionada por órgãos estatais. Até o século XIX, o ato associou-se ao fortalecimento do poder de dinastias reinantes e vinculou-se, muitas vezes, à razão de Estado. Com o advento do constitucionalismo

naquele século, a conduta passou a relacionar-se com alterações governamentais sustentadas em violações legais, que poderiam ser alavancadas por um governo ou pelo parlamento.

Como discutiu Bianchi (2016, p. 3-4), no século XX, sobretudo em sua segunda metade, os papéis das instituições e a participação de setores da burocracia profissional, como as Forças Armadas e a polícia, tornaram-se essenciais para as abordagens do tema. Além disso, segundo o autor, a apreciação da ação golpista deve presumir os meios utilizados para a conquista do poder político, os seus objetivos, a participação efetiva de uma fração do aparelho de Estado e o emprego dos meios excepcionais, portanto, não condizentes ao regular funcionamento das instituições políticas.

Outro prisma relevante na definição do tema decorre da transgressão do ordenamento jurídico realizado por instituições estatais com a imposição de uma solução extralegal e de força para crises políticas e/ou sociais, como debatido por Napolitano (2019, p. 400).

Uma das obras fundamentais para o seu estudo teórico é *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*, escrito por Karl Marx. Nesse trabalho, foi elaborada uma contundente análise dos acontecimentos ocorridos entre fevereiro de 1848 e dezembro de 1851, na França.

A investigação de Marx versou sobre a Revolução de 1848 na França e os seus desdobramentos, cujos eventos caracterizaram-se por uma série de golpes e contragolpes que articularam distintos atores sociais contra o proletariado parisiense, a saber: cúpula palaciana, aristocracia financeira, burguesia industrial, classe média, pequena burguesia, exército, lumpenproletariado, intelectuais, clero e camponeses. O golpe de Estado de dezembro de 1851, liderado por Luís Bonaparte, sobrinho de Napoleão Bonaparte, marcou o desfecho da revolução, o fim da república parlamentar e a submissão da França ao "despotismo de um indivíduo" (Marx, 2006, p. 130), que se apregoou enquanto representante legítimo do conjunto das classes sociais francesas (MARX, 2006).

Ao examinar aquele acontecimento, Marx fez a seguinte formulação:

Durante as jornadas de junho todas as classes e partidos se haviam congregado no partido da ordem, contra a classe proletária, considerada como partido da anarquia, do socialismo, do comunismo. Tinham “salvo” a sociedade dos “inimigos da sociedade”. Tinham dado como senhas a seu exército as palavras de ordem da velha sociedade - “propriedade, família, religião, ordem” - e proclamado à cruzada contrarrevolução: “Sob este signo vencerás!” A partir desse momento, tão logo um dos numerosos partidos que se haviam congregado sob esse signo contra os insurretos de junho tenta defender o campo de batalha revolucionário em seu próprio interesse de classe, sucumbe ante o grito: “propriedade, família, religião, ordem” (MARX, 2006, p. 26-27).

Não recorremos a esse trecho por proselitismo teórico ou anacrônicas comparações, os quais evitamos. As análises históricas e conceituais de Marx podem ser usadas nos estudos acerca dos golpes de Estado. As apropriações anteriores ilustram essa possibilidade. Utilizamos as suas reflexões em razão da sua elaboração sobre a articulação dos sujeitos sociais em iniciativas golpistas e por identificarmos a manipulação de símbolos e imagens, análogos aos descritos no excerto anterior, pelos diversos grupos opositores a Morales.

Como ocorrido no Paraguai (2012) ou no Brasil (2016), sujeitos sociais, como oligarquia rural, burguesia, frações da classe média e instituições estatais e da sociedade civil, foram mobilizados para a ruptura institucional. Além disso, empregou-se um discurso reivindicativo da religião, da família, da propriedade privada e de ordem para a descontinuidade democrática e para a finalização do governo Morales, cujo mandato presidencial legitimamente conquistado nas urnas em 2014 terminaria em 22 de janeiro de 2020.

A predicação cristã e o manuseio da Bíblia por dois dos protagonistas do golpe cívico-policial-militar, o presidente do CCPSC, Luis Fernando Camacho, e a até então segunda vice-presidente do Senado, Jeanine Áñez, exemplificam a nossa referência. Nas três semanas posteriores ao pri-

meiro turno da eleição, Camacho continuamente afirmou: “A Bíblia vai voltar ao Palácio do Governo”³¹. Após a renúncia de Morales, ele ingressou na sede governamental, o Palácio Queimado, com a Bíblia em mãos, colocou-a em cima da bandeira tricolor e, ajoelhado, fez uma oração. Com semelhantes gestos, a senadora, autoproclamada presidenta em virtude do vazio de poder, disse, enquanto se dirigia ao palácio de governo segurando o sagrado livro cristão, que “a Bíblia voltava ao Palácio”³².

A esses atos, agregamos a queima da Whipala pelos apoiadores da sedição naqueles tortuosos dias. A bandeira, símbolo dos povos originários, tornou-se emblema nacional após a aprovação da Constituição, em 2009. Ao abrasá-las, os sublevados mais radicais evidenciaram posturas racistas contra os autóctones, o revanchismo contra o MAS e uma intolerante visão cristã de mundo.

Nossa análise, contudo, não revela a nossa identificação com os diagnósticos que vitimizam Morales e o MAS. As condições para a deslegitimação do pleito pelos opositores decorreram de fatores da história recente boliviana que não se vinculam ao controverso papel da OEA, como abordaremos posteriormente.

O ponto de partida para a nossa argumentação foi o referendo de fevereiro de 2016. Essa consulta popular avalizou a proposta governamental de reeleição indefinida para presidente, que não está prevista na Carga Magna boliviana. Na ocasião, 51,3% dos eleitores rechaçaram essa proposta. O não ganhou em seis dos nove departamentos (Beni, Chuquisaca, Pando, Potosí, Santa Cruz de la Sierra e Tarija), e o sim venceu apenas em La Paz, Cochabamba e Oruro, que historicamente foram fiéis pilares do masismo. Mesmo no departamento de Potosí, possuidor de um importante movimento social mineiro e que se alinhou ao governo em variadas ocasiões, o rechaço à proposta ocorreu³³.

Em vez de aceitar essa derrota e aproveitar-se do enraizamento do MAS nas entidades sociais

³¹ Quem é Luis Fernando Camacho, o ‘Bolsonaro boliviano’ que despontou em meio à renúncia de Evo. Disponível em: bbc.com/portuguese/internacional-50354666 Acesso em: 15 de novembro de 2019.

³² Áñez chama Evo de ‘covarde’ e diz que ‘Bíblia volta ao palácio’ na Bolívia. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2019/11/13/anez-chama-evo-de-covarde-e-diz-que-biblia-volta-ao-palacio-na-bolivia.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 13 de novembro de 2019.

³³ Os resultados finais da consulta por departamentos e mesmo a votação no exterior podem ser consultados em: <https://www.oep.org.bo/procesos-electorales-y-consultas/referendos/referendo-constitucional-2016/>. Acesso em: 30 de novembro de 2019.

para construir uma candidatura que insuflasse a militância alinhada ao seu bloco de poder, Evo escolheu o caminho da manobra constitucional, que fundamentou a narrativa da oposição sobre a articulação de um golpe de Estado pelo presidente. A possibilidade da sua reeleição foi aprovada em uma controversa decisão do Tribunal Supremo Eleitoral (TSE), em dezembro de 2018. Ela autorizou a candidatura sob a argumentação de tratar-se de uma questão de direito humano³⁴.

O embuste interpretativo da Carta Magna desencadeou uma contínua propaganda à legitimidade do escrutínio de outubro de 2019. Os corretos questionamentos à juridicidade dessa autorização margearam a narrativa dos grupos rivais ao governo, que difundiram uma narrativa sobre o suposto apoio ao autoritarismo de Morales por parte do TSE. Nos dias que antecederam à ruptura institucional, essas avaliações foram insufladas, especialmente, pelas frações mais hostis ao então presidente (STEFANONI & MOLINA, 2019)³⁵.

Outro componente relevante para interpretarmos esses acontecimentos reside na burocratização da revolução democrática e indígena após 2010. O personalismo e a centralização de poder afastaram inúmeras organizações sociais do governo. Concomitantemente, observamos o isolamento político e a perseguição dos que discordavam das diretrizes políticas do MAS. Molina (2013; 2019), Stefanoni (2019) e o próprio ex-ministro Hugo Moldiz³⁶ (2020) debateram esses temas em algumas publicações. Em relação a isso, as considerações feitas por Molina (2013, p. 6-7) são emblemáticas:

El MAS representa la unidad del corporativismo y, al mismo tiempo, de la izquierda boliviana, detrás de un ideario y de un dirigente (...) desde el poder se hace una activa «gestión de la unidad», usando varias vías: a) La condena de la discrepancia, que puede llegar a la expulsión y el aislamiento de los disidentes, para evitar que actúen de forma independiente (...) b) Al mismo tiempo, el gobierno da un tratamiento diferente a los movimientos sociales que lo enfrentan si los considera aliados o adversarios. En el primer caso, encuadra el conflicto como

«tensiones creativas dentro de la revolución» y procura desmontar las protestas de forma anticipada y recurriendo a las relaciones con los dirigentes, la popularidad de sus líderes entre los potenciales movilizados, etc. (...) Cuando no logra prevenir el conflicto por esta vía, el sector movilizado puede pasar, en la percepción gubernamental, de aliado a adversario. El tratamiento hacia el adversario es distinto de lo que se acaba de describir: a este se lo escarnea públicamente, se sospecha si sus intenciones son puramente reivindicativas o políticas y se trata de no hacerle concesiones más que cuando es imprescindible (...).

Essa análise expôs elementos que não foram transitórios ou excepcionais, pois marcaram uma prática política de Evo e do MAS ao longo dos últimos anos. A burocratização, o autoritarismo na relação com adversários, as levianas acusações de corrupção, a pactuação política com os empresários do oriente, as contradições entre o capitalismo andino-amazônico e as reivindicações do bem viver, entre outros, contribuíram para que o governo perdesse base social.

A isso somou-se o personalismo de Morales, aspecto esse que se contrapôs à própria história de enraizamento social e capacidade de mobilização política das entidades indígenas e camponesas entre a década de 1980 e 2005, ano da vitória eleitoral do MAS.

Por isso, a questionável decisão do TSE em 2018 foi tão simbólica. Ela gerou descontentamento em setores da esquerda boliviana que discordavam da proposta de reeleição. A controversa resolução jurídica permitiu, ainda, que as facções mais extremadas da oposição insuflassem aqueles que se reconheciam nos seus elementos identitários, como o cristianismo e o racismo, tão bem observados nos tensos dias do segundo semestre de 2019.

Ressaltamos, assim, que os resultados do referendo de 2016 e das eleições presidenciais de 2014 e 2019 ilustraram a diminuição de apoio político a Morales, em que pese as inegáveis transformações sociais e o consistente crescimento econômico, como anteriormente demonstrado.

³⁴ *Evo Morales: el Tribunal Electoral de Bolivia lo habilita como candidato presidencial tras haber perdido el referéndum por la reelección.* Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-46450251>. Acesso em: 10 de dezembro de 2018.

³⁵ *¿Cómo derrocaron a Evo?* Disponível em: <https://revistaanfibia.com/ensayo/como-derrocaron-a-evo/>. Acesso em: 20 de novembro de 2019.

³⁶ Hugo Moldiz foi Ministro de Governo em 2015. É um comunicador social, advogado e Mestre em Relações Internacionais. Foi membro da direção do Partido Socialista e do Exército de Libertação Nacional. Auxiliou na constituição do MAS.

Em outubro de 2014, ele foi reeleito com 61% dos votos. Nas duas outras consultas, em 2016 e 2019, o MAS angariou, respectivamente, 48,7% e 47,08% de apoio cidadão (OEP, 2014; 2016; 2019).

A irrefutável desidratação do número de votos no MAS não possui conexão com a crise socioeconômica que afetou largamente a América Latina após 2014 e que contribuiu para a derrocada de outras experiências de esquerda, como a argentina (2015), a brasileira (2016) ou a chilena (2017).

As controversas práticas políticas de Morales e da burocracia partidária geraram o enfraquecimento da revolução democrática e cultural, pois permitiram a perda de base social, em que pese o país ter mantido, ao contrário dos seus vizinhos, satisfatórios índices socioeconômicos até 2019. Os resultados eleitorais de 2016 e 2019 e a pouca capacidade de mobilização cidadã entre 20 de outubro e 10 de novembro de 2019 demonstraram essa vertente de análise.

Defendemos que o golpe cívico-policial-militar teve como uma das suas causas a perda da batalha das ruas pelo MAS. Embora as discutíveis acusações de fraude pela OEA, a seguir abordadas, e a sugestão de renúncia feita pelo então comandante das Forças Armadas, general Williams Kaliman, tenham colaborado decisivamente para a ruptura institucional, não desconsideramos a sua relação com os equívocos cometidos por Morales.

O principal deles foi almejar um novo mandato presidencial após a derrota no referendo de 2016. A contraditória decisão do TSE contribuiu para que a narrativa de fraude eleitoral ganhasse lastro social. A isso agregou-se o enfraquecimento político do MAS, oriundo dos seus inadvertidos métodos na condução da revolução. Como Zavaleta demonstrou, a *abigarrada* Bolívia tem nas rupturas institucionais uma infeliz prática para a solução das controvérsias políticas. E o MAS possibilitou as condições para isso ao perder a sua capacidade de mobilização *callejera*, que fora tão importante no ciclo rebelde do início do século XXI.

Corroboramos os argumentos utilizados por

Hugo Moldiz (2020, p.16; 31-32, 77). Segundo ele, o MAS errou ao desprezar o possível clima de convulsão social urbana contra o governo. A desmobilização dos sujeitos históricos que viabilizaram a revolução, em razão da burocratização, fetichização do poder e cooptação de entidades sociais se combinou com a incipiente existência de uma força social autônoma, não conduzida pelo Estado, que pudesse defender Morales.

A descontinuidade legal insere-se em um contexto de fortalecimento político dos diversos grupos de direita latino-americanos. Algumas razões contribuíram para isso, tais como:

- (i) a já citada crise socioeconômica;
- (ii) a extenuação do pacto de conciliação de classes que notabilizou as experiências políticas de centro-esquerda nas duas primeiras décadas do século XXI, cujo caso mais emblemático foi o petismo brasileiro, entre 2003 e 2016;
- (iii) o desgaste político decorrente da reprodução de práticas historicamente criticada pelos grupos de esquerda, como o clientelismo e o patrimonialismo;
- (iv) a burocratização e a cooptação dos movimentos sociais, comuns às experiências recentes de esquerda. Essas práticas potencializaram a desmobilização dos sujeitos históricos transformadores e das suas bases eleitorais, sobretudo de classe média, os quais permitiram que as direitas ganhassem sucessivas batalhas políticas nas ruas e nas urnas;
- (v) a hábil utilização das redes sociais pelos grupos da direita radical, que difundiram *fake news* contra indivíduos e/ou corporações político-sociais identificadas com as associações progressistas.

Eles utilizaram uma linguagem repleta de símbolos e expressões facilmente apropriados por coletivos que se reconheceram no discurso moralista, que foi carregado de insígnias cristãs, autoritárias, racistas, misóginas e anacronicamente anticomunistas³⁷.

³⁷ Um importante livro que retrata o uso político das redes sociais por organizações de direita é *Manipulados: como a Cambridge Analytica e o Facebook invadiram a privacidade de milhões e botaram a democracia em xeque*. Esse trabalho, escrito por Brittany Kaiser, ex-diretora de desenvolvimento de negócios na Cambridge Analytica, apresenta o uso das mídias digitais nas campanhas de Donald Trump e do Brexit, ambas em 2016. Ver: KAISER, 2019.

O robustecimento das direitas fez com que as melancólicas páginas do passado de golpes de Estado fossem reavivadas na região. Em Honduras (2009), no Paraguai (2012), no Brasil (2016) e na Bolívia (2019) a solução para as crises políticas e para as disputas entre elites tradicionais e os governos de esquerda se deu com a ruptura institucional.

No entanto, diferentemente das experiências transcorridas entre as décadas de 1950 e 1970, dessa vez as Forças Armadas não assumiram o protagonismo nos golpes, com o bombardeio de sedes de governo, como ocorrido no Chile em setembro de 1973, ou com a ocupação das ruas com tropas.

Elas cancelaram as sedições, o que não as tornam menos relevantes para os infelizes desfechos. As descontinuidades governamentais foram conduzidas pelos poderes Legislativo e Judiciário, que os avalizaram com o intuito de constituírem uma auréola de legitimidade aos acontecimentos. As ações desses poderes foram avalizadas por entidades da sociedade civil, pela grande mídia e por frações abonadas da classe média.

A esse cenário, agregamos o redimensionamento da política externa dos Estados Unidos para a América Latina na segunda metade do mandato de Donald Trump. Uma ação mais assertiva foi implementada pelos norte-americanos, pois, até o fim de 2018, não havia uma estratégia muito definida para a região, com exceção das promessas de combate à migração pela fronteira mexicana. Em razão disso, o ex-assessor de Segurança Nacional da Casa Branca, John Bolton, afirmou que "a Doutrina Monroe estava bem viva". Essa afirmação contrastou-se com o anunciado por John Kerry, Secretário de Estado do ex-presidente Barack Obama, que afirmou, em 2013, que o dogma devia ser desconsiderado, pois vinculava-se a outro contexto histórico³⁸.

A evocação dos preceitos monroistas vincu-

la-se a disputas domésticas entre os partidos republicano e democrata e a uma conjuntura internacional que possui similaridades com o período posterior à Guerra Hispano-Americana (1898–1902)³⁹. Concordamos com as observações do historiador Karl Walling em suas considerações acerca das possíveis comparações que motivaram as disputas por influência entre os Estados Unidos e as grandes potências na América Latina. Nas primeiras décadas do século XX, a competição foi com os alemães, franceses e ingleses. Na atualidade, a rivalidade é com os russos, que possuem, desde 2005, forte inserção na estratégica Venezuela, e os chineses, que estabeleceram intensas relações comerciais com os latino-americanos em decorrência da sua forte demanda por *commodities*, conforme anteriormente apresentado. Assim, segundo Walling:

O que pouca gente se lembra é que, apesar do Canal do Panamá e da invasão da República Dominicana, o que motivou o Corolário Roosevelt foi o bloqueio anglo-germânico à Venezuela, em 1903. A Venezuela estava afundada em dívidas e não conseguia pagar seus credores internacionais. A partir daí, os EUA se diziam dispostos a intervir em países endividados – com auxílio financeiro ou até mesmo militar – para impedir a ingerência britânica e alemã (...) Um contexto surpreendentemente parecido com o atual (...) A China guarda similaridades com os britânicos do século 19, principalmente nos profundos laços comerciais e de investimentos com os países latino-americanos⁴⁰.

Esse redimensionamento da postura norte-americana em relação à América Latina pode auxiliar na compreensão do protagonismo da OEA e do seu mandatário, Luis Almagro, no golpe de 10 de novembro. A divulgação na madrugada daquele dia do relatório parcial de investigação do pleito foi decisiva para as pressões feitas pelo general Williams Kaliman.

Ao indicar irregularidades e sugerir a realização de uma nova eleição, algo que foi aceito por

³⁸ LISSARDY, Gerardo. *Crise na Venezuela: Por que a presença da Rússia no país sul-americano desafia velhas regras da Guerra Fria*. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47822319>. Acesso em: 19 de abril de 2019.

³⁹ Após esse conflito, os norte-americanos redimensionaram sua política externa para a América Latina. Eles aderiram ao imperialismo, de acordo com o praticado pelas potências europeias, e priorizaram, em uma primeira fase, a influência na América Central e no espaço caribenhos. O Corolário Roosevelt (1903) expressou o complemento e/ou reorientação da Doutrina Monroe. A liderança hemisférica norte-americana ocorreria com o sistemático uso da força (a imagem do *big stick* - grande porrete - propagandeada por Theodore Roosevelt) associada às pressões econômicas (a diplomacia do dólar implementada por William Taft) (CASANOVA, 1987, p. 17-18; KIERNAN, 2009, p. 152-155).

⁴⁰ RAATZ, Luiz. *Trump ressuscita Doutrina Monroe*. Disponível em: <https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,trump-ressuscita-doutrina-monroe,70002883339>. Acesso em: 23 de junho de 2019.

Morales na manhã daquele dia, a organização interamericana insuflou os violentos protestos da oposição, que ocorriam desde o dia da eleição. Essas mobilizações agudizaram-se na semana anterior à renúncia do ex-mandatário e foram decisivas para o posicionamento das Forças Armadas.

Um exemplo emblemático da violência daqueles dias verificou-se com a prefeita da cidade de Vinto, localizada no departamento de Cochabamba, Patricia Arce Guzman (MAS). Em 6 de novembro, ela foi sequestrada na sede da prefeitura pelo grupo Resistencia Juvenil Cochala (RJC)⁴¹, força paramilitar local composta de jovens daquela região. Ela teve seu cabelo cortado e foi obrigada a caminhar pelas ruas daquela cidade pintada de vermelho e com gasolina em seu corpo. Segundo seu relato:

Madrugué a las 5. Hicimos una inspección y hasta mediodía atendí a la gente. Me llamó mi hijo para alertarme de conflictos en Quillacollo⁴². Confié en que no iba a pasar nada en Vinto. Me reunía con la Presidenta del Concejo y otro concejal de la oposición. Me anunciaron que venía una turba. Llamé a mi seguridad para saber la situación y también al comandante de la seccional de la Policía pidiendo refuerzos. Me dijo que no tenía policías. Afuera, por la puerta principal escuchamos bulla y sentimos el olor a quemado, estaban quemando. Desfogamos a todos. Fui la última en salir hacia la plaza, pero mi vehiculo no estaba allí. Vi gente que llegaba de ambos lados. Me agarró una turba. Quería ir al templo, pero tengo un problema en la rodilla izquierda y no pude correr. Me empezaron a pegar. Alguien me dio un golpe con un palo (señala el lateral derecho de la cabeza). Perdí el sentido y reaccioné cuando me echaron con agua. Me hicieron parar. Me llevaron hacia Quillacollo. En todo el trayecto recibí golpes, me rociaron con gasolina y pintura roja. Al jalarme, perdí los zapatos. pisé vidrios rotos. Fue muy duro. Decían que era un autoatentado. Nada más ilógico que eso.⁴³

Outros fatos exasperados efetivaram-se naquela mesma semana. Os governadores dos departamentos de Oruro e Chuquisaca e a irmã de Evo, Esther Morales, tiveram suas residências invadidas e incendiadas. No dia do golpe, manifestantes atearam fogo na casa do então ministro da Mineração, César Navarro, e atacaram as embaixadas mexicana e venezuelana. Outros incidentes análogos a esses sucederam-se contra membros do governo, do MAS e dos seus familiares em diversas cidades bolivianas⁴⁴.

Os brutais eventos naquele 10 de novembro fizeram com que o principal dirigente da Central Obrera Boliviana (COB), Juan Huarachi, também aconselhasse Morales a abdicar da presidência, apesar do histórico apoio da central operária a ele. Na ocasião, foi sugerida a renomeação dos membros do TSE e a convocação de novas eleições. Sobre a saída de Morales, Huarachi afirmou: "El pueblo está pidiendo. Por eso le pedimos al presidente que reflexione. Si es por el bien del país, si es por la salud del país, que renuncie nuestro presidente"⁴⁵.

A COB não fez parte da articulação golpista. Remetemo-nos ao posicionamento do seu presidente para ilustrarmos a insustentável situação de Morales e dos seus aliados. Ao analisarmos aqueles eventos, constatamos que a interferência da OEA foi essencial para a ruptura institucional. Sua ação alvitrou os ânimos de uma oposição já radicalizada e colaborou decisivamente para as atroz ações dos adversários do MAS, para a rebelião da polícia e para o posicionamento do Legislativo, do Judiciário e das Forças Armadas, cujo discurso de seu comandante selou o destino do primeiro presidente indígena da história boliviana.

⁴¹ A RJC é um exemplo de força paramilitar que atuou como força de choque no dias subsequentes ao primeiro turno da eleição presidencial. O grupo teve importante papel na deslegitimação do pleito e nas violentas ações de rua que culminaram na renúncia de Evo Morales. A RJC foi apoiada por Luis Fernando Camacho e Jeanine Áñez. A violência contra seus oponentes consiste num peculiar meio de agir político da organização, que a utiliza em nome da democracia. Ver: *¿Qué es la Resistencia Juvenil Cochala?* Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/246636-que-es-la-resistencia-juvenil-cochala> Acesso em: 20 de abril de 2020.

⁴² Quillacollo é uma cidade de Cochabamba que fica a aproximadamente 10 km de Vinto.

⁴³ *Alcaldesa de Vinto: Identifiqué a 10 agresores; Policía no me ayudó*. Entrevista a Betty Condori Rojas. Disponível em: <https://www.opinion.com.bo/articulo/cochabamba/alcaldesa-vinto-identifique-10-agresores-policia-ayudo/20200115002645746036.html> Acesso em: 25 de janeiro de 2020.

⁴⁴ *Evo Morales diz que casas da irmã e de dois governadores foram incendiadas na Bolívia*. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/11/10/evo-morales-diz-que-casas-da-irma-e-de-dois-governadores-foram-incendiadas-na-bolivia.ghtml> Acesso em: 10 de novembro de 2020.

Governador de Oruro: "a Bolívia derrotará o crime e a submissão ao império". Entrevista a Leonardo Wexell Severo. Disponível em: <https://horadopovo.com.br/governador-de-oruro-a-bolivia-derrotara-o-crime-e-a-submissao-ao-imperio/> Acesso em: 01 de dezembro de 2019.

⁴⁵ *La Central Obrera Boliviana pidió la renuncia a Evo Morales*. Disponível em: <https://www.infobae.com/america/america-latina/2019/11/10/la-central-obrera-boliviana-pidio-la-renuncia-a-evo-morales/> Acesso em: 11 de novembro de 2019.

No tocante aos sujeitos sociais que articularam o golpe e apoiaram o bloco de poder formado por Jeanine Áñez, destacaram-se: forças militares e policiais, o Judiciário, os meios de comunicação, as universidades, as organizações representativas das classes médias e altas – como os Comitês Cívicos –, grupos paramilitares e as associações empresariais (MOLINA, 2020, p. 5).

Com o objetivo de demonstrar a relevância da organização interamericana para a legitimação do golpe, consultamos três estudos que analisaram o primeiro turno do pleito boliviano. Esses materiais consistem nas fontes principais deste artigo. Foram estudados o relatório final de análise das eleições da OEA, publicado em dezembro de 2019, e as críticas a esse diagnóstico realizadas pelo Center for Economic and Policy Research (CEPR) em dois relatórios, publicados em fevereiro e março⁴⁶ de 2020⁴⁷.

A seguir, apresentamos alguns trechos do parecer que sustentaram a alegação de fraude eleitoral pelos peritos da OEA:

I. Paralización intencional y arbitraria, sin fundamentos técnicos, del Sistema de Transmisión de Resultados Preliminares (TREP) al momento en que se llevaban 83.76% de las actas verificadas y divulgadas, de un 89.34% de actas que ya habían sido transmitidas y estaban en el sistema TREP. El TSE ocultó a la ciudadanía, de manera deliberada, un 5.58% de actas que ya se encontraban en el sistema TREP pero que no fueron publicadas;

II. Introducción de servidores no previstos en la infraestructura tecnológica (servidores denominados BO1 y BO20, a los cuales se desvió de manera intencional el flujo de información del TREP. Para la redirección del flujo hacia el servidor BO20 se modificó la IP a la que direccionaban las 350 máquinas utilizadas en el SERECI. Los servidores se emplearon para la transcripción y verificación de actas así como para el flujo de otros datos asociados provenientes del TREP. El servidor BO1 registró actividad inclusive durante el tiempo en que el sistema de resultados preliminares se encontraba "apagado" (...);

III. El esquema tecnológico paralelo y no controlado que se creó de manera deliberada facilitó un entorno que permitía la manipulación de datos, suplantación de actas o cualquier

maniobra, facilitado por la volatilidad de la evidencia digital (...);

IV. Se detectaron irregularidades en el llenado de actas de escrutinio y cómputo que afectan la integridad de las mismas. En un ejercicio que buscó analizar posibles adulteraciones o manipulaciones se revisó una muestra de 4692 actas. En este análisis se identificaron 226 actas en las que dos o más actas de un mismo centro de votación fueron llenadas por una misma persona, denotando una acción intencional y sistemática para manipular los resultados electorales y transgrediendo las atribuciones de los Jurados de Mesa determinadas por ley. Las actas corresponden a 86 centros de votación de 47 municipios del país. La suma de sus votos válidos es de 38.001, del cual el 91% (34.718) fueron adjudicados al Movimiento al Socialismo (MAS).

V. A pesar de ser material sensible, se quemaron actas (el número es incierto) y más de 13.100 listas de electores habilitados (o listas índice), lo cual no permite contrastar la información consignada en las actas de escrutinio y cómputo (...). (OEA, 2019, p. 1-6).

Essas alegações fizeram com que o grupo de auditores (GA) da entidade concluisse a farsa no escrutínio, embora fundamentasse sua imputação em uma pequena quantidade de atas eleitorais (226). Eles advogaram que esse número, em um universo de aproximadamente 34 mil folhas de contagem, comprovaria a fraudulenta ação do TSE, que supostamente esteve articulado com membros do governo. A investigação feita em um microcosmo documental fez com que o GA concluisse o seguinte:

I. Las manipulaciones e irregularidades señaladas no permiten tener certeza sobre el margen de victoria del candidato Morales sobre el candidato Mesa. Por el contrario, a partir de la abrumadora evidencia encontrada, lo que sí es posible afirmar es que ha habido una serie de operaciones dolosas encaminadas a alterar la voluntad expresada en las urnas;

II. En primer lugar la noche de la elección, el tribunal electoral interrumpió de manera deliberada la transmisión de resultados. Todos los análisis del equipo técnico permiten determinar que la paralización del sistema TREP no fue un accidente ni una decisión basada en fundamentos técnicos. Fue simplemente una decisión arbitraria, cuyo propósito incluyó la manipulación de la infraestructura informática;

⁴⁶ Quando finalizávamos a elaboração deste artigo, foi publicado pelo jornal New York Times mais um estudo que demonstrou os propositais erros da OEA na avaliação do pleito de 20 de outubro de 2019 e o apoio dessa entidade ao golpe de Estado. Em razão disso, Jake Johnson e David Rosnick publicaram uma versão ampliada do seu relatório. Neste artigo, utilizamos o original, publicado em março de 2020.

⁴⁷ Esse Centro é especializado no estudo de fenômenos políticos, econômicos e sociais em nível global. Ver: *Acerca de CEPR*. Disponível em: <https://cepr.net/about-us/>. Acesso em: 26 de maio de 2020.

III. Cuando el sistema reanudó su funcionamiento, al día siguiente, apareció en escena un servidor oculto, no declarado y no controlado ni por la empresa auditora ni por el personal técnico del órgano electoral. A través de él, se procesó información restante del TREP correspondiente a más de 1.400 actas. Este segundo servidor no apareció en ningún informe hasta que la auditoría de la OEA lo develó a través de los estudios periciales (...);

IV. El último 5% del conteo no solo muestra una tendencia distinta a la del anterior 95%, sino que presenta una diferencia muy marcada con el 5% de los votos que habían sido computados inmediatamente antes. Incluso si se acepta la suposición de que las mesas que reportaron tardíamente eran de áreas rurales que favorecían al MAS, no se vería una discontinuidad tan aguda en torno a un punto arbitrario como el umbral del 95% (...);

V. De un total de 1.074 actas, se encontraron 59 (5,5%) con graves irregularidades desde el punto de vista pericial. En algunos casos, se verificó que todas las actas de un mismo centro habían sido completadas por la misma persona. Posteriormente, se amplió el universo de análisis, tomando una nueva muestra de 3.618 actas. De estas, se identificaron 167 (4,6%) con irregularidades de interés pericial. Se encontraron nuevamente distintas actas de un mismo centro de votación que habían sido completadas por una sola persona, lo que a todas luces constituye una transgresión ilegal de las atribuciones de los jurados de mesa y siembra dudas sobre los resultados reportados. En total, se analizaron 4.692 actas, de las cuales 226 (4,8%) presentaban las irregularidades descritas;

VI. Las actas mencionadas anteriormente corresponden a 86 centros de votación de 47 municipios del país. Esta situación denota un procedimiento altamente irregular desde el punto de vista electoral. En total, todas estas mesas corresponden a 38.001 votos válidos, de los cuales el partido político MAS obtiene el 91%, es decir, 34.718 votos, casi el número de votos que le permite a Morales evitar la segunda vuelta. Lo anterior es sólo tomando en cuenta un análisis del 13,5% de las mesas de votación. Por el patrón encontrado, un estudio que abarcara un porcentaje mayor de actas, sin duda detectaría un mayor número de falsificaciones, adulteraciones y manipulaciones;

VII. El equipo auditor ha detectado una manipulación dolosa de los comicios en dos planos. A nivel de las actas, a partir de la alteración de las mismas y la falsificación de las firmas de los jurados de mesas. A nivel del procesamiento de los resultados, a partir del redireccionamiento del flujo de datos a dos servidores ocultos y no controlados por personal del TSE, haciendo posible la manipulación de datos y la suplantación de actas. A ello se suman irregularidades graves, tales como

la falta de resguardo de las actas y la pérdida de material sensible (...). (OEA, 2019, p. 8-10).

As fundamentações dos técnicos da OEA e as suas conclusões basicamente se sustentaram nas incorrências do sistema de Transmissão de Resultados Eleitorais Preliminares (TREP), conforme pode ser averiguado na leitura dos fragmentos da apuração. Contudo, o relatório omitiu uma informação essencial para a sua tese: a existência de dois mecanismos de contabilização e divulgação dos votos pelo TSE – a TREP, responsável pela contagem preliminar e não oficial, e a contagem oficial, que é o mecanismo legal e definitivo de contabilização do escrutínio, pois envolve uma série de procedimentos administrativos⁴⁸.

A TREP é um meio mais simples de cálculo. Por apresentar resultados preliminares, seus operadores inserem as folhas eleitorais escaneadas em um aplicativo de celular e as transmitem para o Sistema de Registro Civil (SERECI). Quando as informações inseridas no *software* coincidem com as enviadas ao SERECI, elas são publicadas, embora, ressaltemos, sejam preambulares.

Assim, a aferição oficial é mais completa, precisa, e, portanto, sua apuração é mais demorada. Ela demanda o escaneamento das atas eleitorais pelos funcionários dos tribunais de cada departamento e a sua averiguação pelos membros do TSE. A comparação das informações com as listas oficiais de votantes consiste em um requisito básico. Por conseguinte, é o único meio oficial de contabilização do sufrágio. Tanto as informações da TREP quanto as divulgadas após a aferição final pelo TSE ficam disponíveis para qualquer cidadão ou partido político, justamente para que possíveis incongruências sejam examinadas.

Por questões logísticas, a TREP não transmitiu 100% das atas e folhas de contagem dos votos em eleições anteriores. O sistema, utilizado desde 2016, segundo nossa averiguação no *site* do Órgão Eleitoral Plurinacional, informou, geralmente, entre 80% e 90% dos votos em outros pleitos. As dificuldades tecnológicas, em um

⁴⁸ FERRUFINO, Pablo Cesar Cambara. *¿Por qué hay dos conteos de votos en el TSE?* Disponível em: https://eldeber.com.bo/154079_por-que-hay-dos-conteos-de-votos-en-el-tse Acesso em: 30 de outubro de 2019.

país carente de amplo acesso à internet em suas zonas eleitorais mais longínquas, levaram a isso. Tal aspecto era de conhecimento dos partidos políticos, conforme demonstrado pelo Centro Estratégico Latinoamericano de Geopolítica e pelos pesquisadores dos estudos do CEPR. Por isso, asseveramos que aquele não era mecanismo definitivo de contabilização do escrutínio (CELAG, 2019, p. 2-3; JOHNSTON & ROSNICK, p. 2).

O CEPR divulgou três consistentes estudos sobre as eleições bolivianas. Utilizamos neste ensaio dois deles, divulgados em fevereiro e março de 2020. Optamos por não usar o primeiro, pois ele foi elaborado em novembro de 2019, antes da divulgação do informe final da OEA. Os materiais avaliados rechaçam os argumentos empreendidos pelos auditores da organização interamericana para sustentar a tese de fraude eleitoral.

Jack Williams e John Curiel (2020) analisaram os dados do escrutínio antes da paralisação da TREP. Para refutarem as alegações dos técnicos da OEA, eles fizeram cerca de mil simulações sobre os possíveis resultados utilizando esses dados, as atas eleitorais e as demais informações sobre o certame divulgadas oficialmente pelo TSE.

No diagnóstico, eles objetaram a tese da manipulação eleitoral imputada ao TSE e ao MAS. De acordo com eles, não houve alterações drásticas nas tendências de votos em Evo Morales e Carlos Mesa depois da interrupção da TREP. A primazia do candidato da CC só ocorreu no início da apuração das urnas. Os articulistas observaram que a superioridade dos votos em Morales foi comprovada por seu desempenho antes da interrupção do sistema preliminar de apuração (WILLIAMS & CURRIEL, p. 9).

Os autores consideraram a existência, após a apuração de 10% das urnas, de uma tendência crescente de votos no postulante à reeleição. Ao examinarem os documentos que não foram computados antes da detenção da TREP, eles diagnosticaram maior propensão de votos em Morales do que em Carlos Mesa. O índice girava em torno de 19,8%. Além disso, assistiu-se à manutenção da tendência de votos dos dois candidatos nos locais onde eles eram considerados

favoritos. Tais argumentações são demonstradas no estudo por meio de gráficos e cálculos simulados (WILLIAMS & CURRIEL, p. 4-7).

Aportamos abaixo alguns trechos da pesquisa usados em nossas reflexões:

(...) El cambio en el margen de ventaja a favor de Morales luego de que la TREP se detuviera fue señalado por la OEA como sorprendente. Asimismo, la OEA declaró que le generaba una "profunda preocupación", creando así la impresión de la probabilidad de un fraude electoral a favor del MAS-IPSP. Nosotros encontramos que la victoria de Morales puede explicarse mediante el apoyo de sus votantes en las urnas escrutado antes de que se detuviera el conteo rápido. A través de tres análisis de los votos previo a la detención de la TREP con el 84% del escrutinio total, hallamos que el resultado final puede explicarse por un patrón en los votos encontrado en el recuento previo a la detención de la TREP. Por lo tanto, no podemos encontrar evidencia cuantitativa de una tendencia irregular como lo afirma la OEA (...). A pesar de que no hay cambios en las ventajas de apoyo a los partidos políticos antes y después del cierre de la TREP, sí vemos un aumento en la ventaja general para Morales en este grupo, pasando de 7.29 puntos porcentuales antes de la detención de la TREP a 20.12 puntos porcentuales de ventaja después de la TREP. Esto proviene de tres tendencias en el grupo de recintos que informó sus votos antes y después de la detención de la TREP. Primero, los recintos donde mayoritariamente se votó a favor de la alianza CC en promedio reportaron, antes del corte de la TREP, 41% más votos que aquellos recintos favorables a Morales. Mientras que después de la detención de la TREP, los recintos favorables a Morales reportaron 7% más. De los 1477 recintos que reportaron sus votos antes y después de la detención de la TREP, 66% de ellos votaron favoreciendo a Morales. Finalmente, los recintos donde Morales fue el favorito, le otorgaron un porcentaje promedio de votos del 46%; mientras que el apoyo que recibió la alianza CC en los recintos donde fue favorita, alcanzó alrededor de 28 puntos porcentuales, tanto antes como después de la detención del conteo rápido (...). Teniendo en cuenta la fuerte relación entre los márgenes de ventaja de los recintos electorales, estimamos el margen de voto verificado después de la detención de la TREP basándonos en las actas contabilizadas antes de la detención de la TREP de los mismos recintos. Estimamos que el margen de ventaja de Morales en el 13,78% de los votos de esas actas es de 19.12 puntos porcentuales. Por lo tanto, podemos atribuir con seguridad un aumento en el margen de Morales de 1.59 puntos porcentuales, pasando de 7.87 con 84% de los votos finales contabilizados a 9.46 puntos porcentuales con un 97,78% de los votos contabilizados (...). Realizamos 1000 simulaciones sobre cuál podría ser el margen de voto entre Morales y la alianza CC, dadas las tendencias de votación que ocurrieron en las mismas localidades y municipios así como en los recintos

con actas todavía sin contabilizar. Encontramos que Morales podría esperar al menos una ventaja de 10,5 puntos porcentuales sobre la alianza CC, y en promedio una ventaja de más de 10,3 puntos porcentuales sobre el CC. Por lo tanto, los resultados sugieren que la victoria de Morales puede explicarse por su desempeño electoral antes de que se detuviera el recuento rápido de votos (WILLIAMS & CURRIEL, p. 2, 6-9).

Jake Johnston e David Rosnick (2020, p. 2-3) também afirmaram que as análises da OEA foram repletas de equívocos, pois conduziram-se de maneira “desonesta, parcial e pouco profissional”. Segundo eles, a entidade agiu deliberadamente para a suspeição do pleito, pois fundamentou a sua análise nos erros do sistema TREP, que, ressaltamos, não é a plataforma oficial de contagem do TSE.

Apesar de reconhecerem a existência de disfunções no pleito, como a ocorrência da queima de atas eleitorais⁴⁹ e os erros de transmissão de dados pela TREP, Johnston e Rosnick reiteraram que os auditores da OEA tergiversaram nos dados e nas evidências para reforçarem as suas arguições acerca da intencionada manipulação eleitoral. Segundo eles:

En última instancia, la responsabilidad de la gestión del sistema de resultados —tanto de la TREP como del Cómputo— recae en los funcionarios del TSE y otros funcionarios electorales encargados de llevar a cabo los comicios. Ciertamente, el hecho de que el TSE no haya proporcionado una explicación pública clara de la decisión de detener la TREP contribuyó a la crisis electoral y a dañar la credibilidad de las elecciones. Sin embargo, el Informe Final no proporciona información esencial que pueda explicar la detención de la TREP y restaurar cierta confianza en el proceso electoral. El Informe Final podría haber proporcionado claridad sobre estos eventos claves en las elecciones; sin embargo, sus autores optaron por ocultar y manipular información que se puede encontrar en fuentes públicas. A pesar de afirmar lo contrario, el Informe Final no presenta evidencia de que la detención de la TREP u otras vulnerabilidades de los sistemas de transmisión (o TI) hayan conllevado a una “manipulación intencional” de los resultados electorales. El Informe Final señala muchos problemas reales con la gestión de las elecciones, pero no proporciona ninguna evidencia de que esas irregularidades alteraran el resultado de las elecciones o fueran parte de un intento deliberado de hacerlo (...) El factor

más importante en la incapacidad del GA para verificar todos los resultados electorales fue el hecho de que el 23% de las hojas de conteo u actas se quemó durante los ataques a las oficinas electorales departamentales después del anuncio de los resultados preliminares. El Informe Final incluye la quema de material electoral en sus hallazgos de “manipulación intencional”, pero no menciona el contexto de estos ataques. En particular, no hay evidencia de que las autoridades electorales o el Gobierno de Morales hayan estado involucrados en la destrucción de este material. Por el contrario, toda la evidencia disponible sugiere que los manifestantes anti-Morales fueron responsables de la destrucción (...) (JOHNSTON & ROSNICK, 2020, p. 8-10).

Sobre as referências às deliberadas modificações em 226 atas feitas pelo GA, como mencionamos anteriormente, Johnston e Rosnick (2020, p. 10-12) ressaltaram:

De una muestra no representativa de 4692 actas en las que el MAS tenía una abrumadora mayoría, el GA realizó un análisis de escritura e identificó como problemáticas 226 actas. Estas actas corresponden a 86 centros de votación donde una persona completó partes de dos o más actas. Los autores del informe consideran que esto es “un intento intencional y sistemático de manipular los resultados de las elecciones”. Para ser claros, el Informe Final no encuentra que la misma persona haya completado las 226 hojas de conteo. Se alega que ninguna persona individual ha llenado parcialmente más de siete actas. El hecho de que un individuo haya llenado más de un acta tampoco indica que se violaran las reglas electorales. De acuerdo con el Artículo 49 de las Reglas de la Elección y las guías oficiales emitidas por el TSE, el único requisito es que estén las firmas de los trabajadores electorales y de los delegados de los partidos. El Informe Final afirmó que todas las 226 actas con irregularidades beneficiaron al mismo candidato y que si el GA extendiera su análisis más allá de la muestra original, se encontrarían más irregularidades. El GA, sin embargo, solo analizó una muestra altamente sesgada y estadísticamente no representativa de las actas con un número abrumador de votos a favor del MAS. No hay nada que indique que las mismas irregularidades podrían encontrarse en otros lugares. El GA solo buscó irregularidades en una dirección. Si el GA extendiera su muestra a las áreas donde CC tuvo un buen desempeño, es muy probable que también hubiese encontrado irregularidades entre esas hojas de conteo (...) Dos tercios de las 226 actas identificadas

⁴⁹ As atas eleitorais possivelmente foram incendiadas pelos manifestantes contrários ao governo. Nos dias subsequentes ao 20 de outubro, eles aproveitaram-se do motim policial para invadir as sedes regionais do Tribunal Eleitoral e realizar a destruição do patrimônio público (JOHNSTON & ROSNICK, 2020, p. 5).

fueron procesadas y publicadas en el sistema de la TREP antes de la interrupción de la TREP, lo que indica que estas actas "irregulares" no fueron alteradas después o durante la interrupción de la TREP, que corresponde con el período durante el cual la MOE⁵⁰ y el GA han centrado sus sospechas sobre la manipulación del recuento de votos.

Para Johnston e Rosnick (2020, p. 2-4, 7), os auditores agiram motivados por interesses políticos e pela construção de uma narrativa que atendesse aos objetivos políticos de Luis Almagro, presidente da OEA. Eles compararam a atuação da instituição interamericana com a empreendida no Haiti, em 2010, quando análoga ação possibilitou mais um caso de ruptura institucional. Suas ponderações sublinharam, ainda, as graves consequências do golpe, como a prisão sem claras justificativas de membros do TSE, o apoio militar a uma presidenta autoproclamada e não eleita, a violação aos direitos humanos e a perda de credibilidade da organização interamericana.

Por fim, eles concluem a análise rechaçando veementemente as alegações de fraude eleitoral e afirmam intensamente que os auditores da OEA não mencionaram no seu relatório final que a Ethical Hacking comunicou ao TSE a interrupção da TREP e também averiguou que o uso do servidor BO1 durante a paralisação do sistema não derivou em alteração dos dados eleitorais. Tais informações eram de conhecimento dos supervisores da OEA, conforme pode ser constatado a seguir:

En un intento por mostrar que las vulnerabilidades de seguridad que afectan a la TREP también afectaron al Cómputo⁵¹, tanto el informe preliminar sobre la auditoría como el Informe Final intentan vincular los sistemas de la TREP y del Cómputo señalando la presencia de imágenes de la TREP en el Cómputo. Esto es profundamente engañoso, ya que no hay evidencia de que estos dos sistemas estén incorrectamente vinculados. Más del 90% de las imágenes de la TREP presentes en el Cómputo corresponden a recintos de votación en el extranjero y cumplen con los procedimientos establecidos de la elección, como lo señala el Informe Final. Las imágenes de la TREP restantes en el Cómputo corresponden a actas que se perdieron, que se dañaron o que fueron destruidos en protestas postelectorales, las cuales, como se dijo anteriormente, el Informe

Final no pone en contexto (...) Más de la mitad de las conclusiones del Informe Final sobre una "manipulación dolosa" e "irregularidades graves" se refieren a la TREP preliminar no vinculante (...) En lugar de proporcionar claridad sobre este evento clave, el Informe Final usa un lenguaje vago e insinuaciones imprecisas y, al hacerlo, perpetúa la narrativa falaz de un fraude (...) El Informe Final presenta información contradictoria relacionada con la TREP. Afirma que no había una razón técnicamente válida para detener la TREP, pero luego incluye más de una docena de hallazgos relacionados con problemas técnicos con la TREP que surgieron antes de su detención. Cuando la MOE presionó al TSE para que reiniciara la TREP el 21 de octubre, los funcionarios de la OEA estaban al tanto de muchos de los problemas técnicos que el Informe Final ahora alega como evidencia de "manipulación intencional". Es desconcertante que la OEA presione al TSE para que tome medidas que luego condenará. El Informe Final identifica la interrupción de la TREP como un acto de "manipulación intencional", pero no hace referencia al hecho de que Ethical Hacking, la empresa auditora cuyo análisis destaca el Informe Final, envió una alerta máxima al TSE justo antes de que se tome la decisión de detener la TREP. Aunque es muy probable que esta alerta máxima haya llevado al TSE a detener la TREP, el Informe Final no lo menciona. El Informe final incluye la presencia de un servidor no supervisado (BO1) como un acto de "manipulación dolosa", pero no tiene en cuenta que la identificación de dicho servidor fue el objeto de la alerta máxima de la empresa auditora. El Informe Final no hace referencia al hecho de que Ethical Hacking investigó el uso del servidor BO1 durante el tiempo en que se detuvo la TREP y concluyó que "no hubo alteración de los datos". El Informe final, donde se cita la auditoría de Ethical Hacking varias veces, nunca menciona esto. (JOHNSTON & ROSNICK, 2020, p. 10-12).

Nossa leitura dos relatórios da OEA e do CEPR sobre o primeiro turno da eleição presidencial boliviana fez com que chegássemos à seguinte conclusão: Evo Morales sofreu um golpe de Estado em 10 de novembro de 2019. A análise teórica do sociólogo René Zavaleta se constatou. O desfecho golpista foi a solução, mais uma vez, para as controvérsias políticas.

A tese de fraude defendida pela OEA, que foi endossada por mandatários latino-americanos, como Jair Bolsonaro, não é factível. Embora Carlos Mesa possuísse base eleitoral, formada principalmente por setores médios urbanos, Morales

⁵⁰ Missão de Observação Eleitoral da OEA.

⁵¹ Cómputo foi a denominação utilizada pelos autores para referirem-se à contabilização final de votos do TSE.

alcançou a diferença de 10% dos votos que o permitiria vencer o pleito. As alegações acerca das distorções no número de votos no candidato do MAS por meio de adulteração das atas das zonas de votação rurais e da manipulação do sistema TREP não são factíveis.

Os núcleos rurais consistem em históricas bases políticas do MAS. A consulta a outros pleitos que fizemos no site do TSE demonstra isso. Em um país geograficamente friccionado, dificuldades tecnológicas podem explicar a demora no envio das atas para o sistema preliminar de contabilização do sufrágio. Portanto, as alegações da OEA não são risíveis. Luis Almagro e os seus auditores foram artífices fundamentais do golpe de Estado, pois legitimaram o discurso e as ações dos grupos extremados da oposição.

Essa nossa avaliação, contudo, não torna Evo Morales uma vítima. O MAS cometeu inúmeros equívocos a partir da derrota no referendo de 2016. Com isso, permitiu que a narrativa de falsificação eleitoral cometida pelo governo Morales e o TSE ganhasse o apoio de setores da sociedade civil, mesmo daqueles não identificados politicamente com os grupos mais extremados da direita boliviana.

Considerações finais⁵²

O dia 10 de novembro de 2019 marcou mais um fatídico episódio da história boliviana. A renúncia forçada de Morales foi o desfecho de funestos acontecimentos iniciados em 20 de outubro. Como afirmamos ao longo deste trabalho, apesar de ter sido forçado a declinar do mandato presidencial, Evo não foi uma vítima daqueles tortuosos dias, pois, para buscar um terceiro mandato presidencial na nova Constituição aprovada em 2009, ele buscou atalhos legais suspeitos.

Com essa medida, ele avalizou o discurso de fraude eleitoral entoado pelas oposições nos dias seguintes ao escrutínio que foi, posteriormente,

utilizado pela OEA por meio do seu presidente, Luis Almagro. Por isso, defendemos que a democracia boliviana e os cerca de 36 mortos e 800 feridos decorrentes da repressão militar aos ativistas mobilizados nos vilarejos de Senkata e de Sacaba foram as reais vítimas do golpe de Estado em 10 de novembro.

Consideramos, ainda, que a oligarquia boliviana e as frações abastadas e radicalizadas da sociedade civil sustentaram o golpe. O rechaço à plurinacionalidade estatal, o racismo e a intolerância política e religiosa contornaram os acontecimentos sucedidos nas três semanas posteriores ao primeiro turno do pleito. Esses aspectos inflamaram os grupos radicais, que se aproveitaram da controversa disputa eleitoral para desfechar a violação democrática.

Como exemplos, citamos a predicação cristã e o manuseio da Bíblia por dois dos protagonistas do golpe cívico-policial-militar, o presidente do CCPSC, Luis Fernando Camacho, e a senadora Jeanine Áñez. O primeiro afirmou que a Bíblia voltaria ao Palácio do Governo⁵³. Para demonstrar essa ilustrativa afirmação, ele, logo após a renúncia de Morales, ingressou na sede governamental, o Palácio Queimado, com a Bíblia em mãos, colocou-a em cima da bandeira tricolor e, ajoelhado, orou. Em um gesto semelhante, Áñez, que se autoproclamou presidenta em 12 de novembro de 2019, disse, enquanto se dirigia ao palácio governamental com o sagrado livro cristão em mãos: "A Bíblia volta ao Palácio"⁵⁴.

O incêndio da Whipala pelos opositores a Morales materializou o radical descontentamento desses grupos com a sua gestão e com as bases sociais indígenas-camponesas que compõem o seu campo político. A bandeira, símbolo dos povos indígenas bolivianos, foi incorporada como emblema nacional pela plurinacional Constituição de 2009. Ao abrasá-las nas ruas naqueles

⁵² Agradeço aos amigos Jean Sales e Thiago Damato pelas contribuições a este trabalho, após atentas leituras da versão original, e à Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) pelo financiamento desta pesquisa. Registro também o agradecimento a Leonardo Araujo e João Carlos Alves por elaborarem os gráficos que compõem este artigo.

⁵³ *Quem é Luis Fernando Camacho, o 'Bolsonaro boliviano' que despontou em meio à renúncia de Evo*. Disponível em: [bbc.com/portuguese/internacional-50354666](https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50354666) Acesso em: 15 de novembro de 2019.

⁵⁴ *Áñez chama Evo de 'covarde' e diz que 'Bíblia volta ao palácio' na Bolívia*. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2019/11/13/anez-chama-evo-de-covarde-e-diz-que-biblia-volta-ao-palacio-na-bolivia.htm?cmpid=copiaecola> Acesso em: 13 de novembro de 2019.

tortuosos dias, radicais grupos golpistas expressaram não apenas o histórico racismo contra os autóctones, mas também um odioso revanchismo contra o MAS e uma intolerante visão cristã de mundo. A forçada renúncia de Morales e as imagens dos confrontos transcorridas naqueles dias ampliaram o interesse da mídia, da sociedade brasileira e da academia pela história do tempo presente boliviana. Assim, buscamos contribuir com um maior conhecimento histórico sobre um importante vizinho do Brasil com este artigo.

Referências

- ALBO, Xavier. Suma qamaña = convivir bien. Como medirlo? In: FARAH H, Ivonne; VASAPOLLO, Luciano. *Vivir bien: Paradigma no capitalista?* La Paz: Universidad Mayor de San Andrés, 2001.
- ANDRADE, Everaldo de Oliveira. *A Revolução Boliviana*. São Paulo: Unesp, 2007.
- ARAUJO, Rafael. Uma revolução democrática, cultural e indígena em marcha: um balanço do três anos do governo Morales (2006-2009). In: CHAVES, Daniel; SÁ, Miguel de; ARAUJO, Rafael. *Bolívia: Passos das Revoluções*. Niterói: Muriaquitã, 2009.
- BARBÉ, Carlos. Golpe de Estado. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 11ª Ed. Brasília: Editora da UnB, 1998.
- BBC. Evo Morales: el Tribunal Electoral de Bolivia lo habilita como candidato presidencial tras haber perdido el referéndum por la reelección. *BBC News*. Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-46450251>. Acesso em: 10 de dezembro de 2018.
- BIANCHI, Alvaro. O que é um golpe de estado? *Junho Blog*. Disponível em: <http://blogjunho.com.br/o-que-e-um-golpe-de-estado/>. Acesso em: 03 de março de 2020.
- BOLÍVIA. Constitución Política del Estado Febrero de 2009. *Servicio Estatal de Autonomía*. Disponível em: <https://sea.gob.bo/digesto/CompendioNormativo/01.pdf>. Acesso em: Dezembro de 2011.
- _____. *Decreto Supremo 28.071 "Héroes del Chaco"*. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/osal/osal19/13D28071.pdf>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2020.
- BRUCE, Mariana. Ñaupax Manpuni [Olhar o Passando Mirando o Futuro]: O Protagonismo Indígena nas Lutas Populares da Bolívia (da Comunidade ao Estado). *Revista Eletrônica da ANPHLAC*. v. 20, n. 28, p. 64-401, 2020.
- _____. O Bem Viver e a Reforma do Estado na Bolívia. In: SCHEIDT, Eduardo; ARAUJO, Rafael; MAIA, Tatyana. *Estado, Democracia e Movimentos Sociais no Mundo Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Estudos Americanos, 2019.
- CASANOVA, Pablo Gonzáles. *História Contemporânea da América Latina*. São Paulo: Editora Vértice, 1987.
- CELAG. Pensando Latinoamerica. *Centro Estratégico Latinoamericano de Geopolítica*. Disponível em: <https://www.celag.org/wp-content/uploads/2020/04/presen-tacion-celag-2020.pdf>. Acesso em: 26 de maio de 2020.
- CEPR. About Us. *Center for Economic and Policy Research*. Disponível em: <https://cepr.net/about-us/>. Acesso em: 26 de maio de 2020.
- CERVO, Amado Luiz. *Relações Internacionais da América Latina – velhos e novos paradigmas*. São Paulo: Saraiva, 2007.
- CHAVES, Daniel; BORBA, Guilherme. Poder político e expressões autonomistas na Meia Lua a partir de Santa Cruz de La Sierra. In: DOMINGUES, José Mauricio et al. (Orgs.). *A Bolívia no Espelho do Futuro*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: UFMG/IUPERJ, 2009.
- CERVO, Amado Luiz. *Relações Internacionais da América Latina – velhos e novos paradigmas*. São Paulo: Saraiva, 2007.
- CHAVES, Daniel Santiago. *Autonomias: Bolívia no tempo presente*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2010.
- _____. *A ascensão das condições plurinacionais comparadas na Bolívia contemporânea (2003-2009)*. Macapá/Rio de Janeiro: EdUNIFAP/Autografia, 2015.
- CUBA ROJAS, L. Pablo. Bolívia: movimientos sociales, nacionalización y Asamblea Constituyente. *Revista del Observatorio Social de América Latina*, v. 7, n. 19, 2006. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/osal/osal19/rojas.pdf>
- CUNHA FILHO, Clayton Mendonça. El 'proceso d cambio' en Bolívia: un balance de ocho años. *Tinkazos*, v. 17, n. 35, p. 137-153, 2014. Disponível em: http://www.scielo.org.bo/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1990-74512014000100009
- EL DEBER. Elecciones 2020: el MAS le saca un 15% de ventaja a Carlos Mesa. *El Deber*. Disponível em: https://eldeber.com.bo/169559_encuesta-elecciones-2020-el-mas-le-saca-un-15-de-ventaja-a-carlos-mesa
- FERRUFINO, Pablo Cesar Cambara. ¿Por qué hay dos conteos de votos en el TSE? *El Deber*. Disponível em: https://eldeber.com.bo/154079_por-que-hay-dos-conteos-de-votos-en-el-tse. Acesso em: 30 de outubro de 2019.
- FUNDAÇÃO LATINOBARÔMETRO. *Informe Latino Barometro*, 2018, p. 35.
- FUSER, Igor. *Bolívia*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.
- G1. Evo Morales diz que casas da irmã e de dois governadores foram incendiadas na Bolívia. *G1*. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/11/10/evo-morales-diz-que-casas-da-irma-e-de-dois-governadores-foram-incendiadas-na-bolivia.ghtml> Acesso: 10 de novembro de 2020.
- GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.
- HARVEY, David. *O neoliberalismo - história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2011. 2ª Edição.

INFOBAE. La Central Obrera Boliviana pidió la renuncia a Evo Morales. *Infobae*. Disponível em: <https://www.infobae.com/america/america-latina/2019/11/10/la-central-obrera-boliviana-pidio-la-renuncia-a-evo-morales/>. Acesso em: 11 de novembro de 2019.

JOHNSTON, Jake; ROSNICK, David. Observando a los observadores: La OEA y las elecciones bolivianas de 2019. *Center for Economic and Policy Research*. Washington, 2020. Disponível em: <https://cepr.net/report/observando-a-los-observadores-la-oea-y-las-elecciones-bolivianas-de-2019/>. Acesso em: 30 de março de 2020.

KAISER, Brittany. *Manipulados: como a Cambridge Analytica e o Facebook invadiram a privacidade de milhões e botaram a democracia em xeque*. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2019.

KIERNAN, Victor G. *Estados Unidos: o novo imperialismo: Da Colonização Branca a Hegemonia Mundial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

_____. *Estados Unidos: o novo imperialismo. Da Colonização Branca a Hegemonia Mundial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

LINERA, Álvaro García. *A potência plebeia - Ação coletiva e identidades indígenas, operárias e populares na Bolívia*. São Paulo: Boitempo, 2010.

LISSARDY, Gerardo. Crise na Venezuela: Por que a presença da Rússia no país sul-americano desafia velhas regras da Guerra Fria. *BBC News*. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47822319>. Acesso em: 19 de abril de 2019.

MIRANDA, Boris. Quem é Luis Fernando Camacho, o 'Bolsonaro boliviano' que despontou em meio à renúncia de Evo. *BBC News*. Disponível em: [bbc.com/portuguese/internacional-50354666](http://portuguese.internacional-50354666). Acesso em: 15 de novembro de 2019.

MOLDIZ, Hugo. Golpe de Estado em Bolívia. La Soledad de Evo Morales. *América Latina en Movimiento*, 2020. Disponível em: <https://www.alainet.org/es/articulo/209031>

MOLINA, Fernando; STEFANONI, Pablo. ¿Cómo derrocaron a Evo? *UNINÓMADA SUR*. Disponível em: <http://uninomadasur.net/?p=2309>. Acesso em: 11 de novembro de 2019.

MOLINA, Fernando. ¿Por qué Evo Morales sigue siendo popular? Las fortalezas del MAS en la construcción de un nuevo orden. *Nueva Sociedad*, n. 245, 2013. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/por-que-evo-morales-sigue-siendo-popular-las-fortalezas-del-mas-en-la-construccion-de-un-nuevo-orden/>. Acesso em: 20 de julho de 2013.

_____. La carta de la oposición boliviana. *Nueva Sociedad*, 2019. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/la-carta-de-la-oposicion-boliviana/>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2019.

_____. Bolívia: un nuevo bloque de poder. *Nueva sociedad*, 2020. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/Bolivia-derecha-Evo-Morales/>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2020.

NAÇÕES UNIDAS. Anuario estadístico de América Latina y el Caribe (2008). *Comisión Económica para América Latina y el Caribe*. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/ae>. Acesso em: 23 de maio de 2020.

_____. Anuario estadístico de América Latina y el Caribe (2012). *Comissão Econômica para América Latina y Caribe*. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/ae>. Acesso em: 23 de maio de 2020.

_____. Anuario estadístico de América Latina y el Caribe (2014). *Comissão Econômica para América Latina y Caribe*. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/ae>. Acesso em: 23 de maio de 2020.

_____. Anuario estadístico de América Latina y el Caribe (2017). *Comissão Econômica para América Latina y Caribe*. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/ae>. Acesso em: 23 de maio de 2020.

_____. Anuario estadístico de América Latina y el Caribe (2019). *Comissão Econômica para América Latina y Caribe*. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/ae>. Acesso em: 23 de maio de 2020.

_____. Balance Preliminar de las Economías de América Latina y el Caribe (2019). *Comisión Económica para América Latina y el Caribe*. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/45000-balance-preliminar-economias-america-latina-caribe-2019>. Acesso em: 10 de março de 2020.

_____. Coyuntura Laboral en América Latina y el Caribe - El Trabajo en tiempos de pandemia: desafíos frente a la enfermedad por coronavirus (COVID-19). *Comisión Económica para América Latina y el Caribe*, 2020. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/45557-coyuntura-laboral-america-latina-caribe-trabajo-tiempos-pandemia-desafios-frente>. Acesso em: 20 de maio de 2020.

_____. El desafío social en tiempos del COVID-19. *Comisión Económica para América Latina y el Caribe*, 2020. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/45527-desafio-social-tiempos-covid-19>. Acesso em: 06 de junho de 2020.

_____. Informe Nacional Bolívia - Vigésimoquinto aniversario de la Cuarta Conferencia Mundial sobre la Mujer y la aprobación de la Declaración y Plataforma de Acción de Beijing (1995). *Generación Igualdad*. Disponível em: https://www.cepal.org/sites/default/files/informe_beijing25_bolivia_final.pdf. Acesso em: 03 de março de 2019.

_____. Panorama Social de América Latina. *Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe*, 2019.

NAPOLITANO, Marcos. Golpe de Estado: entre o nome e a coisa. *Estudos Avançados*, v. 33, n. 96, p. 397-420, 2019. PP: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2019.3396.0020>

NODAL. Bolívia: la CIDH constata discriminación, intolerancia, racismo y "graves violaciones de DDHH" *Noticias de América Latina e Caribe*, 2019. Disponível em: <https://www.nodal.am/2019/12/golpe-de-estado-en-bolivia-la-cidh-constata-discriminacion-intolerancia-racismo-y-graves-violaciones-de-ddhh/>. Acesso em: 20 de dezembro de 2019.

OEA. Informe final - Análisis de Integridad Electoral Elecciones Generales en el Estado Plurinacional de Bolivia da OEA. *Organización de los Estados Americanos*, 2019. Disponível em: [https://www.oas.org/es/sap/deco/informe-bolivia-2019/0.1%20Informe%20Final%20-%20Análisis%20de%20Integridad%20Electoral%20Bolivia%202019%20\(OSG\).pdf](https://www.oas.org/es/sap/deco/informe-bolivia-2019/0.1%20Informe%20Final%20-%20Análisis%20de%20Integridad%20Electoral%20Bolivia%202019%20(OSG).pdf). Acesso em: 20 de fevereiro de 2020.

OEP. Elecciones Generales 2009. *Órgano Electoral Plurinacional*. Disponível em: <https://atlaselectoral.oep.org.bo/#/subproceso/82/1/1/graficos>. Acesso em: 15 de março de 2020.

_____. Elecciones Generales 2014. *Órgano Electoral Plurinacional*. Disponível em: <https://www.oep.org.bo/procesos-electorales-y-consultas/elecciones-generales/elecciones-generales-2014-2/>. Acesso: 28 de março de 2020.

_____. Elecciones Generales 2019. *Órgano Electoral Plurinacional*. Disponível em: https://www.oep.org.bo/wp-content/uploads/2019/11/Separata_Resultados_Nacionales_EG_2019.pdf. Acesso: 25 de março de 2019.

_____. Publicación de Resultados Nacionales - Elecciones Generales 2019. *Organización electoral plurinacional*. Disponível em: <https://www.oep.org.bo/elecciones-generales-2019-2/>. Acesso em: 28 de março de 2020.

_____. Publicación de resultados - Elecciones Generales 2020. *Organización electoral plurinacional*. Disponível em: https://www.oep.org.bo/wp-content/uploads/2020/10/Separata_Resultados_EG_2020.pdf. Acesso em: 10 de novembro de 2020.

_____. Referendo Autonomico 2016. *Organización electoral plurinacional*. Disponível em: <https://www.oep.org.bo/procesos-electorales-y-consultas/referendos/referendo-de-estatutos-y-cartas-organicas-2016/>. Acesso em: 28 de março de 2020.

_____. Referéndum Revocatorio De Mandato Popular - Presidente 2008. *Organización electoral plurinacional*. Disponível em: https://atlaselectoral.oep.org.bo/#/sub_proceso/2/1/1/datos-abiertos. Acesso em: 15 de março de 2020.

O GLOBO. Informais vivem drama na América Latina. *O Globo*, 2020, p. 11.

PINTO, Darwin; NAVIA, Roberto. ...Um tal Evo. Santa Cruz de la Sierra. *Editorial El País*, 2007.

PITTARI, Salvador Romero. Bolívia: Democracia, ajuste econômico y nueva orden internacional. In: GAITAN, Pilar; PEÑARANDA, Ricardo; PIZARRO, Eduardo. (Coords.). *Democracia y reestructuración económica en América Latina*. Colômbia: Universidad Nacional de Colombia, 1996.

POZO, José del. *História da América Latina e do Caribe*. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

RAATZ, Luiz. Trump ressuscita Doutrina Monroe. *Estadão*. Disponível em: <https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,trump-ressuscita-doutrina-monroe,70002883339>. Acesso em: 23 de junho de 2019.

ROITMAN, Marcos et al. Bolívia, una nueva estrategia para el golpe de Estado. *Viento Sur*. Disponível em: <https://vientosur.info/spip.php?article15294>. Acesso em: 23 de novembro de 2020.

ROJAS, Betty C. Alcaldesa de Vinto: Identifiqué a 10 agresores; Policía no me ayudó. *Opinión: Diario de Circulación Nacional*. Disponível em: <https://www.opinion.com.bo/articulo/cochabamba/alcaldesa-vinto-identifique-10-agresores-policia-ayudo/20200115002645746036.html>. Acesso em: 25 de janeiro de 2020.

SEVERO, Leonardo W. Governador de Oruro: "a Bolívia derrotará o crime e a submissão ao império". *Hora do Povo*. Disponível em: <https://horadopovo.com.br/governador-de-oruro-a-bolivia-derrotara-o-crime-e-a-submissao-ao-imperio/>. Acesso em: 01 de dezembro de 2019.

SCHAVELZON, Salvador. El nacimiento del Estado Plurinacional de Bolívia: Etnografía de una Asamblea Constituyente. Buenos Aires: Clacso, 2012.

SILVA, Fabricio Pereira da. Comunalismo nas refundações andinas do século XXI: o sumak kawsay/suma qamaña. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 34, n. 101, 2019. <https://doi.org/10.1590/3410117/2019>

STEFANONI, Pablo; MOLINA, Fernando. Bolívia y la contrarrevolución. ¿Cómo derrocaron a Evo? *Anfibia*. <https://revistaanfibia.com/ensayo/como-derrocaron-a-evo/>. Acesso em: 20 de novembro de 2019.

STEFANONI, Pablo. Biblias, balas y votos. *Viento Sur*. Disponível em: <https://vientosur.info/spip.php?article15323>. Acesso em: 23 de novembro de 2019.

SUAREZ, Hugo José. Bolívia: el nacimiento de una nueva Izquierda. In: DUTERME, Bernard. (Coord.). *Movimientos y poderes de izquierda en América Latina*. Bogotá: Editorial Laboratorio Educativo, 2010.

UOL. Añez chama Evo de 'covarde' e diz que 'Bíblia volta ao palácio' na Bolívia. *UOL: Notícias*. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2019/11/13/anez-chama-evo-de-covarde-e-diz-que-biblia-volta-ao-palacio-na-bolivia.htm?cm-pid=copiaecola>. Acesso em: 13 de novembro de 2019.

VASSALLO, Guido. ¿Qué es la Resistencia Juvenil Cochala? *Página 12*. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/246636-que-es-la-resistencia-juvenil-cochala>. Acesso em: 20 de abril de 2020.

WASSERMAN, Claudia. OUTUBRO REBELDE: eleições e protestos na América Latina. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, v. 20, n. 28, p. 402-419, 2020. <https://doi.org/10.46752/anphlac.28.2020.3862>

WILLIAMS, Jack R.; CURIEL, John. Análisis de las elecciones de Bolívia en 2019. *Center for Economic and Policy Research*. Disponível em: <https://cepr.net/report/analisis-de-las-elecciones-de-bolivia-en-2019/>. Acesso em: 04 de março de 2020.

WEBBER, Jeffery. Mercado mundial, desarrollo desigual y patrones de acumulación: la política económica de la izquierda latinoamericana. In: GAUDICHAUD, Franck; WEBBER, Jeffery; MODONESI, Massimo. *Los gobiernos progresistas latinoamericanos del siglo XXI: Ensayos de Interpretación Histórica*. Cidade do México: UNAM, 2019.

ZAVALETA, Rene. *La autodeterminación de las masas*. Buenos Aires/Cidade do México: CLACSO/Siglo XXI Editores, 2015.

ZIBECHI, Raúl. Un levantamiento popular aprovechado por la ultraderecha. *Viento Sur*. Disponível em: <https://vientosur.info/spip.php?article15294>. Acesso em: 23 de novembro de 2020.

Rafael Pinheiro de Araujo

Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Comparada (PPGHC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil). Professor Adjunto de História da América da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em História Comparada (PPGHC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Endereço para correspondência

Rafael Pinheiro de Araujo
Rua Nossa Senhora Auxiliadora, nº 25, apt. 506, bloco 01
Santa Rosa, 24240680
Niterói, RJ, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela Zeppelini Publishers e submetidos para validação da autora antes da publicação.